

JOSÉ FERNANDO DA SILVA

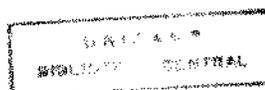
O PROBLEMA DE UMA LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA  
NO  
PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Depto de  
Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob  
a orientação do Prof.Dr.  
Arley Ramos Moreno.

Este exemplar corresponde  
à redação final da  
dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão  
Julgadora em 09/12/94.



Dezembro/1994



FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

Silva, Jose Fernando da

S138p O problema de uma linguagem fenomenologica no pensamento de  
Wittgenstein / Jose Fernando da Silva. -- Campinas, SP :  
[s.n.], 1994.

Orientador : Arley Ramos Moreno.

Dissertacao ( mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas.

1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 2. Linguagem - Filosofia.  
I. Moreno, Arley Ramos. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas. III. Titulo.

A meus pais e a minha avó

## AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos especiais ao Prof.Dr. Arley Ramos Moreno pela orientação sempre lúcida e, acima de tudo, muito paciente. Nestes quatro anos de trabalho, tive a oportunidade de conhecer toda sua honestidade intelectual, propriedade que é diretamente proporcional à sua imensa retidão de caráter.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que viabilizou o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, gostaríamos de agradecer a toda uma série de pessoas que, de diferentes modos, contribuíram com nosso trabalho, a saber: os professores Carlos Arthur Nascimento e João Vergílio Cutter pelas enriquecedoras discussões e sugestões a respeito de nosso tema; ao Prof.Dr. Michael Wrigley por suas inúmeras sugestões bibliográficas; à Eliana (CLE) pelo auxílio bibliográfico; ao João Carlos e a Priscila, pelo auxílio com as traduções em alemão; aos meus fiéis "escudeiros", Felipe e Gonzaga; ao Marcos Chaer, que também contribuiu no meu "affair" com Wittgenstein; ao Leandro, pelo incomensurável suporte na área de informática e, obviamente, a todo o fantástico pessoal dos *Suínos Alados*.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - Linguagem Fenomenológica: delineando o campo de trabalho	16
CAPÍTULO II - <i>Tractatus</i> : o problema da incompatibilidade lógica das cores	52
CAPÍTULO III - <i>Some Remarks on Logical Form</i> : a apresentação de uma linguagem fenomenológica	74
CAPÍTULO IV - O abandono da linguagem fenomenológica	110
CONCLUSÃO	147
BIBLIOGRAFIA	164

## LISTA DE ABREVIÇÕES

Abreviações usadas na referência aos textos de Wittgenstein com que trabalhamos:

- TLP Tractatus Logico-Philosophicus. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.
- RFL "Some Remarks on Logical Form". In COPY, I. & BEARD, R. Essays on Wittgenstein's Tractatus. New York: Hafner Press, 1973.
- WWK Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis. notas taquigrafadas por Fredriech Waismann. Frankfurt: Suhrkampff, 1984.
- L Lectures Cambridge 1930-1932. Ed. John King & Desmond Lee. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- PB Philosophische Bemerkungen. Frankfurt: Suhrkampff, 1984.
- PG Philosophical Grammar. Trad. Anthony Kenny. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- BB The Blue and Brown Books. New York: Harper Colophon, 1965.
- M "Wittgenstein's Lectures in 1930-33". In MOORE, G.E. Philosophical Papers. London: Routledge & Kegan Paul, 1959.
- BF Bemerkungen über die Farben. Oxford: Basil Blackwell, 1977.
- VB Vermischte Bemerkungen. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- PI Philosophical Investigations. Trad.: Elizabeth Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

## INTRODUÇÃO

Wittgenstein já é reconhecido nos meios filosóficos, apesar da brevidade de tempo a que estamos separados de suas idéias, como um dos grandes pensadores da História da Filosofia. Tornou-se lugar comum considerá-lo o grande expoente de um recente "ramo" da "árvore filosófica": o ramo da filosofia da linguagem. Duas grandes obras de Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado em 1921, e as *Investigações Filosóficas*, livro publicado postumamente, têm influenciado diferentes escolas filosóficas, tendo frutificado diferentes estudos relativos à linguagem e suas relações com a gênese dos problemas filosóficos.

Nosso trabalho tem como objetivo apresentar e tornar mais claro um projeto que o filósofo teria consumado num breve intervalo de seu pensamento, ou seja, o projeto de construção de uma linguagem fenomenológica. Este projeto se encontra no início do chamado "período intermediário" (um interlúdio que encontramos entre o *Tractatus* e o início de confecção das *Investigações*).

Este tema emergiu a partir da leitura, no final de 1990, do livro *Investigating Wittgenstein*, de Merrill e

Jaakko Hintikka. Nesta ocasião, chamou nossa atenção a seguinte passagem:

"Assim, se as passagens citadas das *Philosophische Bemerkungen* referem-se às anotações que Wittgenstein codificou no *Tractatus* (conforme argumentaremos posteriormente), segue-se que a linguagem primária (logicamente analisada) postulada no *Tractatus* era fenomenológica, tendo como seus objetos os dados da experiência imediata." (HINTIKKA & HINTIKKA 86 , p.60)

Dentre as passagens das *Philosophische Bemerkungen* a que os autores se referem, a mais contundente é esta: "Não tenho agora uma linguagem fenomenológica, ou uma 'linguagem primária' conforme costumava chamá-la, pairando como uma meta de meu pensamento." (PB, p.51)

O que, então, causou-nos um sentimento de estranheza, foi não apenas a menção de uma expressão que até então desconhecíamos em relação à obra de Wittgenstein, ou seja, a expressão "linguagem fenomenológica", mas também sua associação ao sistema linguístico do *Tractatus*.

O interesse despertado pelas passagens acima mencionadas, fizeram com que delineássemos o tema desta dissertação: ação: a determinação do ponto de referência da

linguagem fenomenológica que, ao final de 1929, Wittgenstein afirma não ter mais como um objetivo de seu pensamento; uma descrição desta linguagem, bem como os motivos que levaram o filósofo a desencompatibilizar-se dela; por fim, uma indicação daquilo que o filósofo propôs em substituição a tal simbolismo. Vejamos isto tudo mais de perto.

A princípio, nossa pesquisa partiu da verificação da validade ou não validade da tese de Merrill e Jaakko Hintikka. Em pouco tempo, verificamos ser mais coerente afirmar esta linguagem fenomenológica como um projeto que Wittgenstein delineia, basicamente, no artigo *Some Remarks on Logical Form*, texto que o filósofo publicou no primeiro semestre de 1929. Vejamos qual teria sido a gênese desta linguagem.

Tendo publicado o *Tractatus* em 1921, Wittgenstein abandonou a atividade filosófica, passando a exercer, até o final de 1928, atividades não acadêmicas. Durante os últimos anos deste período, Wittgenstein foi assediado por diversos pensadores, ansiosos por discutirem filosofia com o autor do *Tractatus*. No início de 1929, Wittgenstein voltou a Cambridge com um primeiro objetivo: corrigir as falhas que cometera em seu primeiro livro. Basicamente, o filósofo observou que o *Tractatus* trazia consigo toda uma inconsistência relativa à expressão da estrutura lógica dos

fenômenos. Dentro desta perspectiva, sua primeira produção filosófica redundou no esboço de um simbolismo com a finalidade de expressar com clareza e rigor a estrutura lógica da experiência imediata, ou seja, a linguagem fenomenológica. Decorrido pouquíssimo tempo, Wittgenstein tomou consciência de que não caberia salvar o *Tractatus*, conforme pretendia no artigo *Some Remarks on Logical Form*, mas, sim, que era necessário buscar um novo paradigma visando a solução dos problemas que o afligiam. Devemos salientar que, ao final de 1929, Wittgenstein começa a se desligar do modelo filosófico do *Tractatus* (atitude também presente no artigo), mas não da questão que o fez retornar a Cambridge.

Conquanto o projeto de uma linguagem fenomenológica tenha sido algo de duração efêmera dentro da obra de Wittgenstein, acreditamos que esclarecê-lo constitui-se em algo que desempenha um papel importante na compreensão tanto do *Tractatus* quanto das *Investigações*. Por que?

Acreditamos que, basicamente, dois motivos justificam a importância de um tal estudo. O primeiro motivo reside no fato dele nos proporcionar uma maior clareza quanto ao que conduziu Wittgenstein de uma concepção essencialista da linguagem à multiplicidade de linguagens evocadas nas *Investigações*. Neste sentido, conforme mostraremos no Capítulo IV, o abandono do projeto de um simbolismo com a

função de expressar corretamente a estrutura lógica dos fenômenos , assinalou o rompimento de Wittgenstein com a concepção de seus mestres, Frege e Russell, quanto à necessidade de uma *Begriffsschrift* ao trabalho filosófico de elucidação da lógica determinante da significação linguística.

O segundo motivo se configura da seguinte forma: se é verdade, segundo nossa hipótese, que o projeto de uma linguagem fenomenológica não permaneceu sequer um ano no horizonte de Wittgenstein, ainda assim o problema a ele associado, ou seja, de como se consubstanciaria a expressão das estruturas lógicas que encontramos nos diversos sistemas fenomenológicos (o cromático, o sonoro etc.), foi uma questão que continuou a preocupá-lo provavelmente até a sua morte. Isto se mostra no fato de que, nos dois últimos anos de sua vida, Wittgenstein escreveu toda uma série de anotações sobre problemas fenomenológicos, publicadas postumamente com o título de *Bemerkungen über die Farben*.

Este segundo motivo, traz oculto um aspecto que, inclusive, nos revela um lado pouco explorado do pensamento de Wittgenstein por seus inúmeros comentadores, a saber: quando Wittgenstein propõe uma linguagem fenomenológica como via para expressar a estrutura lógica dos fenômenos e quando, pouco tempo depois, se refere à existência de uma Fenomenologia (PB, p.51), o filósofo está apresentando a

idéia de uma lógica relativa aos fenômenos. Ou seja: estamos afirmando que, subjazendo às discussões sobre a possibilidade de uma linguagem fenomenológica e, posteriormente, de uma Fenomenologia, está pressuposta a idéia de que nosso conhecimento da experiência imediata está sempre sujeito a uma lógica própria.

Uma grande dificuldade, que se fez presente durante todo o nosso processo de pesquisa, foi a apresentada pelos textos do período intermediário. Esta dificuldade se explica pelo próprio fato do filósofo estar se afastando de uma maneira de abordar os problemas filosóficos, -o modelo filosófico do *Tractatus*, que Wittgenstein herdara de Frege -e buscando construir uma nova direção. Assim, os textos apresentam por vezes, inclusive, contradições, algo que se explica pela enorme rapidez com que Wittgenstein muda suas idéias neste período, e também pela intensidade com que ele se dedica a elas. Dentro desta perspectiva, acrescentando-se o fato de muito pouco ter-se escrito até hoje a respeito do tema que tratamos, nosso principal objetivo ao apresentar esta hipótese relativa à linguagem fenomenológica, é lançar alguma luz sobre um tema e um período do pensamento do autor que ainda não foi suficientemente focado; nossa hipótese não se apresenta como uma interpretação definitiva à questão suscitada, mas como uma chave elucidatória capaz de fornecer uma visão

panorâmica mais clara sobre o período e, conseqüentemente, sobre uma pequena parcela das relações que podemos traçar entre o *Tractatus* e as *Investigações*. Dentro do período intermediário, nossa atenção se prendeu, basicamente, a seus primeiros anos, ou seja, o período 1929-1932. Por que?

O período 1929-1932 assinala os limites em que Wittgenstein centralizou seus esforços na compreensão de uma Fenomenologia como fundamento da possibilidade de expressão da experiência imediata. Em seu interior, a idéia de uma linguagem fenomenológica ocupa um lugar central: assumindo a existência de uma lógica dos fenômenos, Wittgenstein deve decidir se é ou não necessário um simbolismo especial, uma linguagem fenomenológica, capaz de expressar linguisticamente a organização interna que os diferentes fenômenos possuem. No ano de 1933 circula um apostila entre os alunos do filósofo, o célebre *Caderno Azul*, local onde Wittgenstein rompe com a idéia de uma Fenomenologia e assume a significação como algo decorrente do uso contextual em que os conceitos se inserem, inclusive aqueles relativos à experiência imediata. Neste sentido, é no período que recortamos que o tema que decidimos estudar aparece, ainda que de modo latente, diríamos, mas já central no horizonte do autor.

Nosso texto divide-se em cinco capítulos: no primeiro, procuramos delimitar o que Wittgenstein compreendia por

"fenômeno", ponto de partida à discussão dos contornos que uma linguagem fenomenológica deveria possuir. A partir de tal elucidação, examinamos (e refutamos) a possibilidade de uma tal linguagem se aplicar ao *Tractatus*. Tal exame faz-se necessário dado que foi justamente esta hipótese (defendida por Merrill e Jaakko Hintikka), o ponto inicial de nossa pesquisa.

No segundo capítulo apresentamos a maneira como o *Tractatus* pensava a expressão da estrutura lógica das cores. A importância de tal exposição se justifica na medida que ela será o pano de fundo à exposição da linguagem fenomenológica.

No terceiro capítulo apresentamos o artigo *Some Remarks on Logical Form*, texto em que se consubstancia a apresentação de uma linguagem fenomenológica. Concluimos o capítulo indicando porque a linguagem fenomenológica revela ao leitor a idéia de uma lógica dos fenômenos, lógica esta que, inclusive, é então apresentada como fundamento de toda significação linguística.

O quarto capítulo procura apontar os motivos que levaram Wittgenstein a abandonar o projeto de uma linguagem fenomenológica, mostrando o modo como o filósofo passou imediatamente a considerar a expressão da estrutura lógica dos fenômenos e suas relações com a linguagem e o mundo. Devemos esclarecer que, neste capítulo, usamos a seguinte

"classificação cronológica":

1929 - este ano assinala o projeto wittgensteiniano de construção de uma linguagem fenomenológica; em outubro deste ano, Wittgenstein já manifesta-se descrente quanto à necessidade de um tal projeto.

1929-1932 - o uso desta data marca, essencialmente, um período do pensamento de Wittgenstein em que a idéia de uma Fenomenologia derivada da organização lógica dos diversos sistemas de dados imediatos (cromático, sonoro etc) determina a significação linguística, seja de uma linguagem fenomenológica, seja da própria linguagem ordinária.

1930-1932 - o uso desta cronologia assinala o período em que Wittgenstein está se desembaracado da necessidade de um simbolismo ideal à atividade filosófica, muito embora encontre-se ainda preso à formulação de uma resposta essencialista à questão da significação linguística.

Em nossas considerações finais a respeito do tema abordado, indicamos o lugar que o problema enfocado ocupa dentro do pensamento de Wittgenstein.

CAPÍTULO I

LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA:  
DELINEANDO O CAMPO DE TRABALHO

1

Neste capítulo, delinearemos as bases à nossa exposição do projeto wittgensteiniano de uma linguagem fenomenológica. Procuraremos fixar dois aspectos do projeto:

1) daremos uma visão panorâmica daquilo que Wittgenstein compreendia por "fenômeno", tanto no *Tractatus* quanto no período 1929-1932. Com isto delineado, poderemos já apontar os primeiros contornos daquilo que seria uma linguagem fenomenológica;

2) fixaremos que tal projeto não se aplica ao *Tractatus*. A importância deste momento se justifica nos seguintes termos: o primeiro impulso de quem possui familiaridade com a obra de Wittgenstein, diante de sua confissão (feita no ano de 1929) de abandono do projeto de uma linguagem fenomenológica, é procurar compreender como tal projeto se encaixaria no *Tractatus*. Por quê? Na medida que, após publicá-lo, o filósofo abandonou a atividade filosófica, apenas retomando-a no início de 1929, naturalmente tende-se a imaginar tal confissão como referente ao *Tractatus*. Como

nossa tese afirmará que tal projeto dizia respeito ao artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado pelo filósofo no ano de 1929, faz-se necessário que refutemos a possibilidade de se encontrar uma linguagem fenomenológica no interior do *Tractatus*.

### 1.1

Quando contemplamos o retorno de Wittgenstein a Cambridge, em janeiro de 1929, encontramos Wittgenstein preocupado, basicamente, com duas questões filosóficas: o filósofo revela-se preocupado com questões ligadas à filosofia da matemática (a fundamentação da matemática, o problema do infinito atual, a definição de prova etc.); o segundo núcleo que centra as atenções do filósofo, incide sobre o problema de como é possível uma correta expressão dos diferentes sistemas fenomênicos. Nossa preocupação se fixa, obviamente, apenas sobre este segundo núcleo.

Não podemos afirmar que tal preocupação não estivesse presente no *Tractatus*; no entanto, o fato de não aparecer uma vez sequer no livro o termo "fenômeno", indica que, conquanto ela existisse em seu corpo, ainda assim, tal preocupação não ocupava um lugar central. Na realidade, o termo "fenômeno" adquire um papel importante nos escritos de Wittgenstein subsequentes ao ano de 1929, algo que, por si só, já seria um elemento a salientar, a saber, que uma

linguagem fenomenológica talvez seria algo mais natural de se encontrar neste ano, do que no *Tractatus*.

No artigo *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein atribui à análise lógica a tarefa de realizar uma investigação lógica sobre os fenômenos (RLF, p.32) e, ao procurar esclarecer o leitor sobre como deveria se dar tal análise, ele deixa claro que, por "fenômeno", entendia aqueles dados imediatos (atuais) que conhecemos e que, necessariamente, se constituem em graduações de sistemas, ou seja, cores, sons, pontos espaciais, instantes do tempo, etc. (RLF, p.33).

Na faixa do período intermediário que estamos enfocando (1929-1932), Wittgenstein utiliza o termo "fenômeno" para designar aquilo que, dentro da tradição filosófica, referir-se-ia ao imediato, ao primário, aos *sense-data*, estabelecendo como requisito básico a estes a necessidade de apenas ser possível pensá-los como graus de sistemas; é, na verdade, justamente, sobre esta propriedade necessária dos fenômenos que o filósofo irá fixar sua atenção. O interesse de Wittgenstein sobre o imediato (cores, sons etc.) residia -na medida que estes só poderiam ser pensados como elementos (graus) de um sistema- na tentativa de determinar a correta expressão da estrutura dos sistemas fenomênicos.

A consideração de que os fenômenos apenas podem ser

pensados como graus de sistemas, constitui-se na afirmação de uma propriedade lógica que estes possuiriam. Wittgenstein ilustrou, em certa ocasião, tal propriedade através do seguinte exemplo: imaginemos alguém que durante toda sua vida morou num quarto totalmente vermelho. Wittgenstein nos propõe, diante de tal quadro, a seguinte questão: seria possível a esta pessoa formular, diante de tal situação, a proposição "Todo o meu mundo é vermelho"? Segundo o filósofo, se fosse possível a tal pessoa a formulação desta proposição, isto apenas demonstraria que ela não conhecia apenas a cor "vermelho", mas, na realidade, todo o sistema cromático. O conhecimento de que tudo no quarto é vermelho (portanto no mundo), significa saber que "vermelho" se constitui num grau de um sistema de cores, pois, quando dizemos "Todo o meu mundo é vermelho" afirmamos a possibilidade de que este poderia não sê-lo (WWK, p.65, 88). Por isso, "quando digo, por exemplo, tal ponto do campo visual é azul, com isto também sei que o ponto não é verde, nem amarelo, nem vermelho etc. Num instante aplico toda escala cromática." (WWK, p.64)

Este requisito indica que a possibilidade dos fenômenos serem pensados está necessariamente associada a seu caráter de grau de um sistema, algo que Wittgenstein afirma não apenas no período intermediário mas já no próprio *Tractatus*. Neste livro, conquanto Wittgenstein não

utilize o termo "fenômeno", ele dedica alguma atenção ao problema da expressão lógica das cores, pontos do espaço, sons etc, afirmando-os como apenas pensáveis enquanto elementos de seus respectivos sistemas (TLP, #2.0131, 2.151, 6.3751).

A partir destas considerações, podemos formular a seguinte questão: como seriam os contornos da linguagem fenomenológica que, ao final de 1929, Wittgenstein recusa?

"Anteriormente acreditei que existisse a linguagem ordinária, com a qual habitualmente nos comunicamos, e uma linguagem primária, que expressaria o que realmente conhecemos, ou seja, os fenômenos." (WWK, p.45). Por intermédio desta afirmação de Wittgenstein a Waismann, datada de dezembro de 1929, descobrimos que a linguagem fenomenológica -nesta passagem cognominada através da expressão "linguagem primária"- seria um simbolismo inserido dentro do projeto tractatiano, ou seja, sua elaboração teria tido como objetivo a apresentação de uma linguagem mais rigorosa e precisa (isenta de ambiguidades), capaz de expressar aquilo que seria primário, básico, relativamente ao que conhecemos.

Em outras palavras: Wittgenstein acreditou que teríamos a linguagem ordinária como instrumento à nossa comunicação habitual que, no entanto, não se prestaria a uma adequada expressão dos fenômenos, motivo porque

Wittgenstein tentou elaborar uma linguagem primária, um simbolismo que estivesse realmente apto a expressar aquilo que, segundo ele próprio expressou então, realmente conhecemos.

"A linguagem ordinária é parte do organismo humano e não menos complicada que ele. É humanamente impossível retirar dela, de modo imediato, a lógica da linguagem." (TLP, #4.002)

Nesta passagem do *Tractatus*, Wittgenstein postula a existência de uma lógica (a lógica da linguagem) que, conforme indicam suas palavras, é o que ele tenciona alcançar, apenas que não pode fazê-lo utilizando a linguagem ordinária, dada a complexidade que esta traz consigo. Tal como na citação do livro *Philosophische Bemerkungen*, Wittgenstein descarta a possibilidade da linguagem ordinária ser um instrumento adequado à filosofia; por isso a necessidade de se usar um simbolismo menos complexo, neste sentido, diríamos que "primário" em relação à linguagem ordinária.

Uma hipótese que podemos formular neste ponto, é a de que, numa primeira abordagem, o *Tractatus* se encaixa perfeitamente com o projeto de uma linguagem fenomenológica: a linguagem ideográfica do *Tractatus* seria

um simbolismo que expressaria perfeitamente a lógica da linguagem, sendo, neste sentido, uma linguagem primária em relação à linguagem ordinária. Examinaremos, a seguir, alguns dos argumentos que são apresentados em favor desta hipótese.

### 1.2

Dentre os inúmeros comentadores de Wittgenstein, dois merecem nossa atenção no que diz respeito à defesa da tese da linguagem do *Tractatus* constituir-se numa linguagem fenomenológica. No livro *Investigating Wittgenstein*, Merrill e Jaakko Hintikka abordam diferentes questões presentes em toda produção filosófica de Wittgenstein; a tese que identifica a linguagem do *Tractatus* como um simbolismo fenomenológico é apresentada a partir do reconhecimento de dois projetos linguísticos no interior da obra de Wittgenstein: no primeiro deles, formulado ao tempo do *Tractatus*, ele teria elaborado a concepção de uma linguagem fenomenológica, abandonando-a a partir de 1929, época em que teria assumido a concepção de uma "linguagem fisicalista", linguagem que estaria presente em todos os seus subsequentes trabalhos e que marcaria um segundo projeto filosófico de Wittgenstein.

Em outras palavras: os Hintikka interpretam Wittgenstein como tendo formulado dois diferentes projetos

filosóficos consubstanciados em duas distintas concepções de linguagem: uma linguagem fenomenológica (*Tractatus*) e uma linguagem fisicalista (*Investigações Filosóficas*) (1).

Os argumentos que os Hintikka apresentam à sua hipótese, podem ser divididos em dois grupos que podemos nomear, respectivamente, de "argumentos internos" e "argumentos externos". O primeiro grupo se fixa no encaminhamento de uma determinada leitura do *Tractatus*, leitura esta que evidenciaria a hipótese que Merrill e Jaakkoo Hintikka defendem; o segundo grupo consiste, basicamente, na leitura de passagens de outras obras de Wittgenstein que fariam referência ao caráter fenomenológico dos objetos do *Tractatus*. Este segundo grupo de argumentos é usado como elemento de apoio e justificativa ao primeiro grupo. Nossa exposição centralizará sua atenção nos "argumentos internos".

O ponto central da argumentação apresentada reside na tentativa de caracterizar os objetos do *Tractatus* como objetos da experiência imediata, portanto como similares aos *data* presentes nas diferentes relações de familiaridade de Bertrand Russell (2). Segundo argumentam os Hintikka, "existem aparentes indicações para o fato de Wittgenstein ter pensado que os objetos do *Tractatus* incluiriam objetos fenomenológicos (objetos da experiência imediata)" (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.45-6).

O principal indício que os Hintikka vêem para caracterizar os objetos tractatianos como similares aos objetos de Russell e, desta maneira, como possuindo uma essência fenomenológica estaria fixado naquilo que eles chamam de "inefabilidade da existência dos objetos" (Ibid., p.46). No aforismo 3.221, temos a afirmação de que apenas podemos nomear os objetos, não sendo, desta maneira, possível descrevê-los afirmando quais seriam e quais não seriam suas propriedades constitutivas. Segue-se deste aforismo, que também a própria existência dos objetos não pode ser afirmada ou negada: na medida que apenas podemos nomear os objetos, temos que sua própria existência se constitui em algo inefável (3). A principal consequência que os Hintikka vêem associada à inefabilidade da existência dos objetos está em que, "todos os 'nomes', para usar a terminologia de Wittgenstein, não são vazios" (Ibid., p.48), ou seja, necessariamente todo nome nomeia algo. Neste sentido, seguir-se-ia que, a possibilidade de pensarmos os objetos apenas poderia ser garantida se estes fossem de nossa familiaridade (*acquaintance*), portanto similares aos simples que Russell propõe em seu livro *Theory of Knowledge*, os quais, do mesmo modo que os objetos do *Tractatus*, são apresentados por Russell como entidades que necessariamente devem existir:

"Se um objeto é dado por uma familiaridade (acquaintance), então tem uma determinada relação com o sujeito que está se familiarizando com ele. Isto, porém, seria sem sentido (*meaningless*) se não houvesse tal objeto. Um objeto de familiaridade é um objeto a respeito do qual podemos dar um nome próprio, em oposição a uma descrição; (...) Um nome próprio que não nomeia a nada não é um nome próprio, mas um barulho sem qualquer significação (*meaningless noise*)."

(RUSSELL 84, p.48).

Aquilo que Russell entendeu como sendo os elementos básicos de nosso conhecimento do mundo recebeu diferentes definições no interior de sua atividade filosófica (4). O privilégio que os Hintikka dão ao livro *Theory of Knowledge* se justificaria na medida em que, a partir da leitura de seu manuscrito, datado de 1913, Wittgenstein teria "retirado" não apenas a formulação de sua teoria da figuração lógica (a partir da crítica que, então, dirigiu à teoria do juízo apresentada no livro), como também a idéia de que toda linguagem é construída a partir de elementos simples, os objetos do mundo (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.52-3). Segundo estes comentadores, as diversas posições que Russell assume em seus livros sobre aquilo que seria o

fundamento de nosso conhecimento, diferem quanto ao modo como este tem caracterizada sua relação com o sujeito, ou seja, não encontramos uma substancial alteração quanto à definição do objeto envolvido na relação (Ibid., p.71).

Vejamos o que Russell nos fala em seu livro *Theory of Knowledge*. Neste texto, a preocupação central de Russell é delinear bases seguras à uma epistemologia. As teses que então ele nos expõe, se inserem dentro da tradição empirista saxã, sempre preocupada em buscar na experiência o suporte de nosso conhecimento. Dentro desta perspectiva, Russell acredita que nosso conhecimento básico constitui-se a partir da experiência, sendo anterior ao que conhecemos a partir de inferências: "fatos cognitivos serão definidos como fatos que envolvem familiaridade ou alguma relação que pressupõe familiaridade" (RUSSELL 84, p.47).

A experiência, enquanto base de nosso conhecimento, define-se como uma relação entre um sujeito mental e um objeto que pode ser ou não ser mental (Ibid., p.35, 44); esta relação se constitui numa relação de familiaridade (Ibid., idem). Esta relação teria dois aspectos básicos: em primeiro lugar, ela deve estar num tempo presente (Ibid., p.100) - caso contrário se constituiria em algo decorrente de uma inferência; o outro aspecto fundamental, é que o objeto envolvido na relação deve necessariamente existir (Ibid., p.48). Devemos dizer ainda, que o sujeito é pensado

como uma entidade aquiescida com algo, ou seja, "sujeito" é o domínio da relação, ao passo que a entidade com que ele está aquiescido deve ser chamado de "objeto", constituindo-se no domínio inverso da relação. (RUSSELL 84, p.35).

Segundo Russell, o termo sujeito não implica a postulação de um "eu", no sentido psicológico: a relação de familiaridade carece apenas de que algo esteja aquiescido com outra entidade, significando isto que, para Russell, "sujeito" denota um termo universal, no sentido do conceito não remeter a uma ou outra pessoa em particular, conforme ocorre com "eu" (Ibid., p.36).

Devemos ainda esclarecer que, de acordo com Russell, um objeto envolvido numa relação de familiaridade é logicamente classificado como podendo ser um particular, um universal ou ainda um objeto lógico. Vejamos de maneira mais detalhada cada uma destas possibilidades.

i) Objetos particulares são sempre mentais, subdividindo-se -de acordo com o modo como se efetiva sua relação com o sujeito naquilo que esta relação tem de temporal- do seguinte modo: as sensações, objetos mentais que abrangem tanto a dados do sentido (sons, cores, odores, etc) quanto a dados da introspecção (Ibid., p.65-6) mantêm uma relação temporal simétrica com o sujeito, ou seja, o sujeito e o objeto se dão simultaneamente (ibid., p.66); a memória imediata constitui-se num objeto mental que se dá

num tempo presente mas que não se refere a algo da experiência presente, ou seja, o objeto da memória sempre precede temporalmente ao sujeito (Ibid., p.70-2); por fim, Russell nos fala também da imaginação, um particular que tem uma relação com o sujeito completamente livre, no que diz respeito ao tempo, isto porque seu objeto pode estar em qualquer tempo (passado, presente ou futuro) ou simplesmente não estar no tempo (Ibid., p.56).

ii) Os objetos universais com que nos aquiescemos podem ser chamados de "conceitos" (ibid., p.101). Eles não são mentais e tanto podem se caracterizar como relações quanto podem ser predicados. Vejamos mais de perto esta subdivisão.

Nosso conhecimento de um complexo como "A está ao lado de B" deve ser entendido como significando que conhecemos 'A', 'B' e também o termo relacional, sendo os dois primeiros particulares, enquanto o termo relacional se constitui num universal, ou seja, "assumimos que entre os complexos (AB) e (CD) percebemos certa similaridade que não depende de qualquer identidade dos termos e é encontrada subsistindo entre alguns complexos duais mas não entre outros. Podemos definir a relação de todos estes complexos como a classe deles" (Ibid., p.84).

Quanto aos predicados, estes seriam universais na medida em que dizemos "Isto é branco" ou mesmo "Aquilo é

branco", e tais afirmações se constituem como válidas na medida em que existe algo comum aos diferentes particulares da brancura (Ibid., p.91).

iii) Os objetos lógicos seriam objetos com os quais teríamos uma experiência lógica. Quando tomamos conhecimento de uma proposição, digamos "Platão foi discípulo de Sócrates" (o exemplo é nosso), conhecemos o significado dos termos "Platão", "Sócrates", a relação "ser discípulo de" e também um outro elemento da proposição, ou seja, sua forma lógica. Objetos lógicos incluiriam, deste modo, universais como relações e predicados, "além de palavras como 'ou', 'não', 'todo' e 'algum'" (Ibid., p.101).

No livro *Investigating Wittgenstein*, Merrill e Jaakko Hintikka defendem uma relação de similaridade entre os objetos do *Tractatus* e o segundo grupo de objetos da relação de familiaridade (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.32, 55).

A identificação dos objetos do *Tractatus* com os objetos de familiaridade de Bertand Russell realiza-se do seguinte modo: ela se mostraria como argumento chave à compreensão das afirmações de Wittgenstein sobre o solipsismo como algo idêntico ao realismo puro. Vejamos mais de perto este argumento.

A partir da afirmação do *Tractatus* dos objetos como formando a substância do mundo (TLP, #2.021), Merrill e

Jaakko Hintikka acredita que as afirmações dos aforismos 5.6 e 5.62, respectivamente, "os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo" e "que o mundo seja meu mundo se mostra porque os limites da linguagem (da única linguagem que posso compreender) denotam os limites de meu mundo", apenas se tornam claros se assumimos a idéia de "que o limite do qual ele fala aqui é um limite determinado pela totalidade dos objetos" (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.57). Assim, "mundo" equivale a "meu mundo" porque os objetos que formam sua substância são os objetos da experiência do sujeito (Ibid., p.57-9) (5).

Segundo os autores, uma tal leitura do solipsismo do *Tractatus* elucidada a razão pela qual Wittgenstein afirma as teses do solipsismo como sendo coincidentes com as teses do realismo puro, portanto como sendo indizíveis, conquanto verdadeiras (TLP, #5.62). Qual seria esta elucidação? O mundo do solipsista e o mundo do realista seriam o mesmo na medida em que seriam formados a partir da experiência imediata; como os objetos tractatianos apenas podem ser nomeados (TLP, #3.221), teríamos que o erro do solipsista estaria em querer falar algo que é, devido à sua própria natureza, indizível.

Segundo os Hintikka, os aforismos 2.0131, 2.0251, 4.123 e 6.3751 seriam passagens em que Wittgenstein nos dá indícios do caráter fenomênico dos objetos do *Tractatus*,

neste sentido, todo conjunto de argumentos externos que Merrill e Jaakko Hintikka nos apresentam, confirmariam a leitura que eles fazem destas passagens (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.74), ou seja, tenderiam a confirmar estes indícios. Acreditamos que a leitura dos Hintikka esteja incorreta na medida que, nestes aforismos, Wittgenstein não está se referindo ao termo técnico "objeto". Vejamos isto mais de perto. Começemos recordando o conteúdo destes aforismos, naquilo que interessa ao nosso problema.

2.0131. (...) A mancha no campo visual não deve, pois, ser vermelha, mas deve ter uma cor; tem, por assim dizer, um espaço das cores em volta de si. O som deve ter uma altura, o objeto do tato uma dureza, etc.

2.0251. Espaço, tempo e cor (coloridade) (*Färbigkeit*) são formas dos objetos.

4.123. Uma propriedade é interna quando é impensável que seu objeto não a possua.

(Esta cor azul e aquela estão na relação interna do mais claro ao mais escuro eo ipso. É impensável que estes dois objetos não estejam nesta relação).

(Ao emprego impreciso das palavras 'propriedade' e 'relação' corresponde também o emprego impreciso da palavra 'objeto').

6.3751. Que, por exemplo, duas cores estejam

concomitantemente num mesmo espaço do campo visual é impossível, na verdade é logicamente impossível, pois isto é excluído pela estrutura lógica da cor. (...) (6)

O que estes quatro aforismos teriam em comum, para que justifiquem sua menção de passagens do *Tractatus*, em que teríamos indícios em favor da leitura do sistema linguístico do livro como sendo fenomenológico? Todos eles tratam de fenômenos, -cores, sons, tempo- enquanto elementos de sistemas, ou seja, os aforismos abordam a experiência imediata procurando enfatizar o caráter de sistema a que cada ocorrência individual está submetida. Portanto, uma primeira conclusão que já podemos retirar, é que um fenômeno individual (por exemplo a cor vermelho) não seria um objeto tractatiano; ou seja, estes aforismos apontariam no sentido de caracterizar a necessidade dos estados de coisas possuírem uma coloridade, uma espacialidade, de estarem num instante do tempo etc., o que seria uma indicação da essência fenomenológica do *Tractatus*. Dentro deste enfoque, os objetos do *Tractatus* não seriam particulares (uma mancha azul, um ruído qualquer etc) (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.33-4), mas justamente as propriedades (cor, som) que subsistem a estes particulares (Ibid., idem); isto delinearía os objetos tractatianos como atemporais (Ibid, p.69) (7).

Vejamos de maneira mais próxima os aforismos. Quanto aos dois últimos, os aforismos 4.123 e 6.3751, acreditamos que eles evidenciam uma argumentação contrária à hipótese dos Hintikka. Por que? O aforismo 6.3751, conforme teremos oportunidade de mostrar de modo mais detalhado no capítulo seguinte, evidencia as cores como fatos (*Tatsachen*) na medida que estas são apresentadas como logicamente estruturadas, sendo expressas por proposições complexas (resultando disto a possibilidade delas serem, sob determinada circunstância, logicamente contraditórias).

Quanto ao aforismo 4.123, sua preocupação central é definir o significado de "propriedade interna", assinalando a idéia da impossibilidade de expressá-las através de proposições (TLP, #4.122). Com este objetivo, o próprio Wittgenstein salienta que está se utilizando do termo "objeto" de uma maneira livre, portanto de forma desvinculada do significado rigoroso que ele tem no interior da ontologia do livro. A partir deste aviso, estamos autorizados a supor que, no referido aforismo, por "objeto", Wittgesntein esteja referindo-se muito mais ao que o sistema convencionava por "fato".

Vejamos agora os aforismos 2.0131 e 2.0251. O aforismo 2.0131 tem como preocupação central a elucidação do aforismo 2.013, passagem em que Wittgenstein afirma que todo objeto está num espaço de estado de coisas possíveis;

em 2.0131 ele está usando uma analogia visando esclarecer como deve ser este "espaço de estados de coisas possíveis". Assim, do mesmo modo que o objeto espacial deve ter à sua volta o espaço infinito, bem como a mancha de cor deve ter um espaço das cores à sua volta (deve ocupar um lugar no espectro), o objeto simples que é substância do mundo deve estar num espaço lógico. Além disso, do fato de Wittgenstein exemplificar seu esclarecimento utilizando-se de termos como cor, som etc, não se segue que estes sejam objetos tractatianos: dados da experiência imediata não são capazes de preencher um ponto fundamental aos objetos do *Tractatus*, ou seja, não podemos afirmá-los como objetos indestrutíveis, comuns a todos os mundos possíveis. No aforismo 6.3751 (que será analisado de um modo mais detalhado no capítulo seguinte) encontramos outro argumento contra esta possibilidade: nele Wittgenstein afirma a impossibilidade de *sense-data* serem pensados como logicamente simples na medida em que são, relativamente a uma dada circunstância, logicamente contraditórios. Deste modo, podemos concluir que, no aforismo 2.0231, Wittgenstein adota um procedimento de exposição similar ao procedimento que adota no aforismo 6.3751: se neste último aforismo Wittgenstein utiliza-se de um exemplo retirado da Física para exemplificar a relação de incompatibilidade lógica entre fenômenos, no aforismo 2.0131 estes termos

ocorrem como recurso ilustrativo à afirmação de que um objeto é impensável fora de um estado de coisas.

Quanto ao aforismo 2.0251, aplica-se um raciocínio semelhante: Wittgenstein também está utilizando-se de uma analogia; ou seja, ele não está afirmando que a cromaticidade seja a forma de um objeto, mas está apenas usando este termo como recurso à elucidação das relações que um objeto mantém com sua forma. Um reforço à esta leitura está presente no aforismo 4.123, local onde Wittgenstein afirma textualmente que está utilizando o termo "objeto" num sentido distinto.

Resumindo a posição dos Hintikka: a linguagem do *Tractatus* seria uma linguagem fenomenológica porque o mundo por ela representado teria como substância objetos da experiência imediata (cores, sons etc). Os indícios em favor de tal leitura do *Tractatus* residiriam na afirmação de Wittgenstein de que haveria uma identidade de conteúdo nas afirmações de realistas e solipsistas, assim como certas passagens do livro que indicariam que ele pensava os objetos da experiência imediata como constituindo o conjunto dos objetos tractatianos.

Esta hipótese se mostra como infundada devido a estas razões:

i) a relação de similaridade entre os objetos da relação de familiaridade de Bertrand Russell e os objetos

de Wittgenstein não é justificável;

ii) a caracterização dos objetos do *Tractatus* como objetos da experiência imediata também não é algo plenamente justificável;

iii) o sistema linguístico do *Tractatus* se constitui num modelo vazio de conteúdo. Vejamos mais de perto cada um destes pontos.

i) Devemos, com vigor, refutar a tese dos objetos do *Tractatus* como equivalentes aos dados da experiência imediata, portanto similares aos objetos de familiaridade de Russell. Devemos enfatizar que este último termo designou, na obra do filósofo saxão, muito mais do que os dados da experiência imediata. Dentro da obra de Russell que os Hintikka privilegiam, o livro *Theory of Knowledge*, o filósofo saxão define "familiaridade" da seguinte maneira:

"Uma relação dual entre um sujeito e um objeto, que não necessitam qualquer comunidade de natureza. O sujeito é 'mental', o objeto é conhecido por não ser mental, exceto na introspecção. O objeto pode estar no presente, no passado ou não estar absolutamente no tempo; pode ser um particular sensível, um universal ou um fato lógico abstrato. Todas as relações cognitivas

-atenção, sensação, memória, imaginação, crença, descrença etc.- pressupõem familiaridade (*acquaintance*).” (RUSSELL 84, p.5)

Segundo esta definição de Russell, os objetos de familiaridade possuiriam um perfil epistemológico: desempenhariam o papel de unidades mínimas sobre as quais o sujeito cognoscente construiria o mundo exterior.

Conforme já dissemos anteriormente, Merrill e Jaakko Hintikka apontam uma similaridade entre os objetos de familiaridade e os objetos tractatianos enquanto algo limitado ao caráter universal destes últimos, ou seja, excluindo a possibilidade de indentificá-los tanto com particulares quanto com outros objetos lógicos que não predicados e relações. Acreditamos que, nem sequer esta limitada relação de identidade que os autores propõem constitua algo possível de se aceitar como válido. A essência das propostas filosóficas de Russell e Wittgenstein sempre foram bem distintas: o primeiro, numa perspectiva pré-kantiana, desejava indicar, sob a luz de um sujeito que conhece fundamentalmente no plano mental, e que portanto deve ser pensado como mais um elemento do mundo, as bases daquilo que conhecemos; o segundo sempre trabalhou dentro de uma perspectiva eminentemente kantiana, consubstanciada em sua intenção de traçar os limites

daquilo que pode ser dito, algo que apenas lhe foi possível determinar através da formulação de uma questão kantiana, qual seja, a questão de como é possível a significação linguística. Dentro desta visão, no *Tractatus*, Wittgenstein usa o termo "objeto" como um *modelo lógico* cujas articulações com outros elementos similares constituem a base a partir de onde é possível que pensemos um *modelo ontológico* e a possibilidade de representação deste modelo.

Em outros termos: mesmo assumindo que Wittgenstein adotou apenas parte do conceito russelliano dos objetos de familiaridade, estamos diante de uma argumentação que se mostra difícil de ser sustentada na medida em que a própria essência dos objetivos de Russell e Wittgenstein mostravam-se como muito diferentes. Russell buscava as bases do mundo conhecido; Wittgenstein procurava delinear os objetos básicos a todo mundo logicamente possível.

Voltando à pretensa similaridade entre os objetos russellianos e os objetos tractatianos, não podemos deixar de ressaltar uma diferença essencial entre estes, ou seja, aquela que se mostra no fato de que enquanto os objetos russellianos são logicamente autônomos, pois "todo particular que existe no mundo não depende logicamente de modo algum de qualquer outro particular" (RUSSELL 78, p.73), os objetos tractatianos são logicamente dependentes no sentido de só poderem ser pensados se conectados com

outros objetos no interior de estados de coisas (TLP, #2.011). Mais exatamente, as conexões entre elementos eram, para Russell, logicamente aleatórias, fortuitas; algo que, com certeza, Wittgenstein jamais aceitou.

ii) Seria possível, mesmo pensando-se os objetos tractatianos como distintos de objetos de familiaridade, afirmá-los como objetos da experiência imediata?

Dentro da literatura tractatiana, esta se constitui numa das questões mais polêmicas. Erik Stenius afirma que, na medida que "objetos e predicados são 'complementares', dado que apenas objetos podem entrar dentro de fatos ou estados de coisas como portadores de predicados" (STENIUS 64, p.62), temos que o conceito "objeto" designaria objetos e predicados. Por "predicados", Stenius refere-se indistintamente tanto a propriedades como 'vermelhidão' (redness) (Ibid., idem) como também ao termo "relação": "os objetos particulares são percebidos porque esta fragmentação (*breaking up*) é combinada com uma estruturação dos fatos mais simples dentro de objetos (things) e predicados de objetos (isto é, dentro de objetos e qualidades de objetos e/ou relações de objetos)" (Ibid., p.25). Algo que se mostra em relação a Stenius, é a concordância que os Hintikka manifestam em relação à sua leitura: os Hintikka interpretam os objetos tractatianos como idênticos aos objetos de familiaridade russellianos,

especificamente falando, o segundo grupo destes objetos, mais exatamente, como universais; neste sentido, concordam com a identificação proposta por Stenius, segundo a qual objetos seriam equivalentes a propriedades e relações.

Contrastando com a interpretação de Stenius, podemos mencionar a de Irving Copy. Em seu artigo "Objects, properties and relations in the 'Tractatus'" (cf. COPY & BEARD 73, p.167-186), Copy refuta a idéia de que os objetos sejam propriedades e relações, assumindo a posição de que estes seriam particulares. Objetos não poderiam ser nem propriedades formais nem propriedades materiais por estes motivos: propriedades formais apenas podem mostrar-se no mundo, enquanto objetos são nomeáveis (COPY & BEARD 73, p.183); por outro lado, no aforismo 2.0231, o próprio Wittgenstein afirma que objetos não determinam qualquer propriedade material do mundo, de onde seguir-se-ia também a impossibilidade deles serem idênticos a estas propriedades (Ibid., idem).

Quanto à possibilidade dos objetos constituírem-se enquanto relações, teríamos, a partir do aforismo 3.1432 - passagem onde nos é afirmado que quando dizemos que 'a' está numa certa relação com 'b' não afirmamos um terceiro objeto- que "relação" não pode significar "objeto" no *Tractatus*.

A tese de Copy, segundo a qual os objetos

corresponderiam a particulares, é sustentada por ele do seguinte modo: haveriam três tipos de particulares, um primeiro que não possuiria nem propriedades formais nem propriedades materiais; um segundo tipo que possuiria apenas propriedades formais; por fim, haveria um tipo que reuniria em seu interior tanto propriedades formais quanto propriedades materiais. De acordo com Copy, os objetos tractatianos pertenceriam ao segundo grupo, ou seja, seriam particulares constituídos por propriedades formais, estando, deste modo, próximos da "primeira matéria" de Aristóteles (Ibid., p.184-5).

Tendemos, nesta querela, a nos posicionar contrários, não apenas em relação à concepção defendida por Stenius e os Hintikka, como também em relação à posição de Copy. Todos estes autores, esforçam-se em impor ao autor do *Tractatus* posições que ele nunca assumiu, até porque não havia necessidade em fazê-lo. A importância do conceito "objeto" reside em seu papel de condição essencial à possibilidade de se pensar o conceito "mundo". Neste sentido, podemos afirmar que "objeto" desempenha no *Tractatus* o papel de um legítimo transcendental kantiano. Toda a polêmica em torno dos objetos do *Tractatus* se consubstância na tentativa de se explicitar o que seria esta substância última e indestrutível do mundo: Stenius e os Hintikka a afirmam como idêntica a propriedades e

relações, portanto como universais; Copy a afirma como se constituindo num particular lógico. Acreditamos que ambos os lados contendores estão enganados: era irrelevante para o *Tractatus* determinar se os objetos seriam particulares ou universais.

O que devemos reter em relação aos objetos, é que pertencem à ontologia do *Tractatus* e que, no interior desta, nenhum conceito ultrapassa os limites de modelos gerais e vazios, aplicáveis a todo mundo possível; ou seja, ela não se restringe a nenhum mundo, seja ele fenomenológico ou fisicalista. Deste modo, o termo "objeto" é usado por Wittgenstein de um modo restrito ao âmbito lógico, no sentido de apontar que todo mundo possível deve alicerçar-se sobre elementos simples e logicamente articulados; em nenhum momento o filósofo manifesta a preocupação em determinar o perfil epistemológico destes objetos (8). Essencialmente, os objetos do *Tractatus* são apresentados como determinantes da forma do mundo, mas não de suas propriedades materiais (TLP, #2.024).

iii) Assim, o sistema linguístico do *Tractatus*, que foi concebido com o objetivo de demarcar os limites do dizível, deveria ser capaz tanto de referir-se a um mundo fenomenológico (constituído a partir da experiência imediata), quanto a um mundo fisicalista.

Seria possível, apenas a título de ilustração,

levantar a hipótese (que também não julgamos correta) do modelo linguístico do *Tractatus* referir-se, essencialmente, a um mundo fisicalista. Como? No aforismo 4.11, Wittgenstein diz que a totalidade das proposições verdadeiras equivale à toda a ciência natural. Poderia se construir, a partir deste aforismo, uma interpretação da linguagem do *Tractatus* como sendo fisicalista.

A idéia de que o sistema linguístico do *Tractatus* apresenta-se como um modelo geral, isomórfico a um esquema geral de mundo, mostra que o livro não pode ser rotulado nem de idealista nem de realista, na medida em que pode ser relacionado e utilizado na exposição de ambas as teses: a idéia do *Tractatus* que afirma os limites do pensamento como algo que se estabelece de modo simétrico aos limites daquilo que pode ser dito e à totalidade do espaço lógico que constitui o mundo (a realidade) (TLP., #2.06), pode ser lida como corroborando as teses idealistas, ou seja, o mundo como algo derivado daquilo que é possível pensar; por outro lado, a afirmação de que apenas podemos pensar o mundo na medida em que ele possua uma substância (TLP., #2.0211-0212), parece conduzir-nos a uma interpretação realista do mundo.

Assim, acreditamos que não é o *Tractatus* o ponto de referência das afirmações feitas pelo filósofo, ao final de 1929, a respeito de um ultrapassado projeto de elaboração

de uma linguagem fenomenológica.

No capítulo seguinte, começaremos a examinar o modo como o *Tractatus* considerou a expressão da estrutura lógica dos fenômenos, pano de fundo à compreensão de nossa caracterização do artigo *Some Remarks on Logical Form* como o local onde encontramos a exposição de uma linguagem fenomenológica.

## NOTAS

(1) Um tema polêmico entre os comentadores de Wittgenstein, diz respeito justamente ao problema de quantas "filosofias" ele teria criado. Encontramos, dentre os seus comentadores, aqueles que outorgam a Wittgenstein a "paternidade" de uma única filosofia imaginando estes que, as diferenças de posições que encontramos em sua obra revelariam muito mais esforços corretivos do que de uma mudança substancial de pensamento; um outro grupo, que é, inclusive, o mais numeroso dentre os comentadores de Wittgenstein, pensa o filósofo como "pai" de duas filosofias, ou seja, uma contida no *Tractatus* e outra que encontramos nas *Investigações Filosóficas*. Merrill e Jaakko Hintikka incluem-se neste grupo, demarcando estas duas filosofias através da idéia de que Wittgenstein teria defendido duas concepções de linguagem, uma primeira fenomenológica e uma segunda fisicalista. Assim, na medida em que a linguagem do *Tractatus* seria uma linguagem da experiência imediata, "o ponto de mudança decisivo no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein, em 1929, seria a substituição desta linguagem fenomenológica por uma linguagem fisicalista cotidiana (everyday physicalistic language) como sua linguagem operante." (HINTIKKA & HINTIKKA 86, p.138). Devemos

mencionar por último aqueles que, como von Wrhight, acreditam que o filósofo teria produzido ainda uma terceira filosofia pouco antes de morrer (WRIGHT, p.165).

(2) Quando Merrill e Jaakko Hintikka comparam os objetos de familiaridade de Russell com os objetos de Wittgenstein, tomam como parâmetro de significado do termo, basicamente aquele que encontramos no livro *Theory of Knowledge*.

(3) No *Tractatus*, é vetada qualquer possibilidade de se fazer qualquer asserção sobre a existência de objetos. Quando afirmamos a proposição "A existe", não podemos considerar a "A" como nome de um objeto, já que, fazendo-o, afirmamos uma proposição absurda: a nomeação do objeto A com a etiqueta "A" já pressuporia sua existência. Se nomes apenas nomeiam, então a existência daquilo que está sendo nomeado já é algo pressuposto pelo ato de nomeação.

(4) Por diversas vezes, Bertrand Russell alterou o significado dos termos básicos à sua perspectiva filosófica, principalmente com relação a seus estudos sobre epistemologia. Podemos, resumidamente, descrever a evolução histórica destas alterações nos seguintes termos: *sense-data* e familiaridade são pela primeira vez utilizados em sua obra, no livro *The problems of philosophy*, de 1912,

livro onde o filósofo já apresenta a tese em que a base de nosso conhecimento se constitui a partir da relação de familiaridade, definida como uma relação "com algo com o qual temos uma consciência (*aware*) direta, sem qualquer intermediação de qualquer processo de inferência ou qualquer conhecimento de verdade" (RUSSELL 18, p.73); os elementos envolvidos na relação seriam um sujeito e um objeto, podendo o objeto ser um *sense-data* -"entidades" externas ao sujeito (cores, ruídos, etc)- ou ainda objetos mentais (memória, introspecção, etc) (Ibid., p.20, 115). No ano seguinte, em 1913, Russell escreveu *Theory of knowledge*, texto em que o filósofo inclui objetos lógicos (forma, conectivos, universais, etc) em sua lista de objetos de familiaridade (RUSSELL 84, p.99). Após as contundentes críticas dirigidas por Wittgenstein a este livro, Russell abandonou a idéia de "familiaridade lógicos", em consequência, desconsiderando a idéia da existência de "objetos lógicos". Em 1914, nas conferências compiladas no livro *Nosso conhecimento do mundo exterior*, Russell procura delinear como, a partir dos dados da experiência imediata, conhecemos o mundo da física; então, ele abandona a idéia de que este seja algo decorrente de uma inferência, concebendo tal conhecimento como uma construção lógica que operamos a partir da sobreposição de diferentes perspectivas sensoriais (RUSSELL 66, cap.II). As

mesmas idéias aparecem no livro de 1918, *Mysticism and logic*. Por fim, caberia dizer que, em *A análise da mente*, de 1921, Russell se desvincula do requisito da existência de um sujeito numa relação de *acquaintance*: assumindo uma tese humeana, o filósofo saxão afirma que apenas podemos nos referir à existência de certas propriedades e ocorrências que parecem formar uma classe, não sendo correto que afirmemos a existência de uma entidade, o sujeito, uma vez que este seria uma entidade metafísica dado a impossibilidade dele ser algo da experiência imediata (RUSSELL 71, cap.VII).

(5) Merrill e Jaakko Hintikka tomam o cuidado, em sua exposição, de indicar que, em sua discussão do problema do solipsismo no *Tractatus*, não estão realizando qualquer leitura psicologizante do livro:

"É porém, importante notar que, em nossa interpretação, o solipsismo de Wittgenstein não é predicado sobre qualquer estatuto de subjetividade particular (dependência mental) do objeto simples, por exemplo, em eles serem fenomenais em seu caráter. O que se problematiza, é que eles devem ser dados a mim em *minha* experiência para serem objetos básicos a que *minha* linguagem pode se referir." (Ibid., p.66)

O mérito que vemos nesta menção, é a ênfase da recusa de qualquer identificação das teses do livro com qualquer leitura mentalista; ainda assim, acreditamos que a leitura do problema do solipsismo no *Tractatus* não necessita recorrer à determinação da essência dos objetos.

Qual outro caminho se poderia utilizar para compreender o problema do solipsismo no *Tractatus*? Eis uma possibilidade: dado que, em última análise, só há uma linguagem (TLP, #4.002), ela encerra em seu interior a imagem de todos os mundos logicamente possíveis; seguindo-se tal raciocínio, temos que o mundo do solipsista e do realista se equivalem porque partilham uma mesma essência, ou seja, partilham a substância que determina o espaço lógico que é a realidade, e, dado o princípio de isomorfia, também a mesma Linguagem. A vantagem de uma leitura deste tipo estaria em que, com ela, evitamos qualquer discussão quanto à determinação da essência dos objetos.

(6) Grande parte das citações que utilizamos do *Tractatus*, obedecem à tradução do professor Luiz Henrique dos Santos; em algumas poucas citações, optamos por utilizar uma tradução nossa.

(7) Ou seja, para estes autores, os objetos seriam

idênticos à categoria russelliana de "objetos universais", excluindo, deste modo, a possibilidade não apenas dos objetos do *Tractatus* corresponderem a objetos lógicos, mas também deles se identificarem com o que Russell chama de "particulares" (sensações, memória, imaginação etc). "Cor", "som", "odor" etc, seriam objetos tractatianos; "azul", "vermelho" etc, ao contrário, não o seriam.

(8) A este respeito, convém lembrar o diálogo que Norman Malcolm relata ter tido com Wittgenstein, poucos anos antes de sua morte:

"Perguntei a Wittgenstein se ao escrever o *Tractatus* tinha decidido a respeito do que seria um exemplo de um 'objeto simples'. Sua resposta enfatizou que, naquela época, seu pensamento se consubstanciava sobre a idéia de que ele era um lógico, não lhe cabendo decidir se esta coisa ou aquela seria um objeto ou um complexo. Isto era um problema puramente empírico!" (MALCOLM 84, p.86)

Este diálogo reforça nossa leitura com relação à irrelevância para *Tractatus* da determinação da essência de seus objetos.

CAPÍTULO II

*TRACTATUS*: O PROBLEMA DA INCOMPATIBILIDADE LÓGICA DAS  
CORES

2

O projeto esboçado por Wittgenstein, no ano de 1929, visando a construção de uma linguagem fenomenológica, teve como ponto de referência o sistema linguístico do *Tractatus*. Basicamente, sua origem decorreu da insatisfação do filósofo com a maneira como era tratada a expressão lógica dos fenômenos (1) em seu primeiro livro.

O aforismo 6.3751 é o ponto central do *Tractatus*, com relação a esta questão. O aforismo diz o seguinte:

"Que, por exemplo, duas cores estejam concomitantemente num mesmo espaço do campo visual é impossível, na verdade é logicamente impossível, pois isto é excluído pela estrutura lógica das cores.

Pensemos como esta contradição é representada na física. Aproximadamente assim: uma partícula não pode ter simultaneamente duas velocidades, ou seja, não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares, significando que partículas

em diferentes lugares ao mesmo tempo não podem ser idênticas.

(Está claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. A afirmação de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição.)"

Numa leitura preliminar, encontramos três afirmações no aforismo: 1. a incompatibilidade lógica entre duas cores (2) caracteriza uma contradição lógica que se opera ao nível da estrutura das cores; 2. na medida em que este produto lógico constitui-se numa contradição lógica, então ele não é formado por duas proposições elementares; 3. dado que a contradição se mostra na estrutura da cor, segue-se que uma cor não é um simples, um objeto (*Gegenstand*), mas é, na verdade, um complexo, um fato (*Tatsache*).

Tencionamos, neste capítulo, compreender como a expressão lógica das cores era pensada no interior do *Tractatus*, seguindo o seguinte percurso:

1. exporemos o significado das três afirmações contidas no aforismo 6.3751, de acordo com a leitura acima sugerida, ou seja, que a incompatibilidade entre duas cores caracteriza uma relação de contradição lógica e, também, que isto significa, no sistema do *Tractatus*, que a expressão lógica

de uma cor não se dá através de uma proporção elementar. Apontaremos também, que destas afirmações emerge a consideração das cores como fatos;

2. indicaremos porque esta contradição lógica é afirmada como algo que ocorre ao nível das estruturas, sendo, deste modo, uma relação que se consubstancia ao nível de proposições complexas, portanto já tendo como pressuposto o fato de que toda proposição elementar tem uma forma determinada (completa). A importância deste ponto deve ser salientado na medida em que, conforme mostraremos no capítulo seguinte, a apresentação de uma linguagem fenomenológica, no artigo *Some Remarks on Logical Form*, se consubstancia com a caracterização da relação de incompatibilidade lógica como algo que se dá no interior da forma de uma proposição elementar.

### 2.1

O que significa afirmar a incompatibilidade entre duas cores como uma contradição lógica? Como situar tal afirmação no interior do *Tractatus*? Nosso primeiro passo para compreender estas afirmações deve ser a obtenção de uma visão panorâmica da concepção linguística que este livro apresenta.

No *Tractatus*, a linguagem é composta pela totalidade das proposições com sentido (TLP, #4.001); além destas,

Wittgenstein menciona também a existência de outros dois tipos de proposições: as proposições carentes de sentido (*sinlossätze*) (TLP, #4.46, 4.461) e as proposições absurdas (*unsinnigsätze*) (TLP, #5.5303, 5.5351). No aforismo 6.3751, ele faz referência tanto a proposições com sentido (as proposições elementares) quanto a proposições carentes de sentido. Vejamos melhor o papel que cada um destes grupos desempenha no interior do livro.

O principal objetivo deste é saber qual o fundamento da significação linguística, ou seja, ele procura determinar como é possível que um fato seja figurado por um outro fato (a linguagem) (TLP, #2.141). A resposta que o filósofo desenvolve é a afirmação da existência de uma isomorfia entre o ontológico e o linguístico. O mundo é constituído por estruturas, portanto não é formado por objetos (no sentido destes poderem ocorrer de maneira aleatória, isolada) (TLP, #1, 1.1); estas estruturas são fatos (quando efetivadas empiricamente) e estados de coisas (*Sachverhalten*) e situações (*Sachlage*) (enquanto possibilidades lógicas). Os dois conceitos mencionados por último designam os fatos no espaço lógico, diferenciando-se no sentido do primeiro termo referir-se a estruturas simples formadas por objetos (TLP, #2.01), e o segundo, "situação", referir-se a estruturas complexas formadas por estados de coisas (TLP, #3.144). Quanto ao linguístico,

cabe dizer que ele é apresentado como uma imagem (*Bild*) do mundo, reproduzindo as estruturas contidas neste último (TLP, #2.11 e seguintes): encontramos uma correspondência entre os elementos do mundo (objetos) e os elementos da linguagem (nomes), de tal maneira que estes substituem no interior das proposições elementares os objetos que nomeiam, reproduzindo suas propriedades internas (suas possibilidades de articulação com outros objetos no interior dos estados de coisas) (TLP, #3.21).

As proposições que compõem a linguagem podem ser complexas, compostas por outras proposições, ou elementares, proposições simples compostas apenas por elementos simples, isto é, nomes. Dentro do sistema, as proposições elementares se constituem como algo de máxima importância: nelas reside o ponto de contato da linguagem com o mundo na medida em que apenas elas "tocam" diretamente a realidade (através da relação nome-objeto) (TLP, #3.22); decorre desta relação a possibilidade da linguagem ser um grande espelho do mundo. Podemos afirmar que as proposições elementares fundamentam a linguagem em duas direções: como base determinante de todo sentido linguístico; como ponto de origem de todas as possibilidades semânticas da linguagem. Vejamos cada um destes dois pontos mais de perto.

Wittgenstein afirma que toda proposição que pertence à

linguagem possui um sentido independentemente de seu valor de verdade:

"Mas para poder dizer que um ponto seja negro ou branco devo primeiro saber quando um ponto é chamado negro e quando é chamado branco; para poder dizer 'p' é verdadeira (ou falsa), já devo ter determinado sob quais circunstâncias chamo 'p' verdadeira, determinando assim o sentido da proposição." (TLP, #4.063)

A afirmação de que uma proposição tem um sentido significa que ela representa, ao nível linguístico, uma situação, ou seja, um fato enquanto possibilidade; assim, o sentido de uma proposição não depende do valor de verdade que ela pode vir a ter, possuindo ela um sentido independentemente de afirmar ou não o que é o caso.

O sentido de todas as proposições do *Tractatus* deriva das proposições elementares; a análise lógica revela que o sentido linguístico advém delas porque são as únicas com um sentido próprio, pois são as únicas que "tocam" a realidade, reproduzindo em seu interior a forma dos estados de coisas (a articulação dos objetos) (TLP, #3.21, 3.23). Este papel das proposições elementares se efetiva através de um requisito lógico: elas são logicamente independentes

(TLP, #5.134); sem este pressuposto, o sentido não seria determinável pois toda proposição teria seu sentido dependente de outra proposição, e assim indefinidamente.

Como as proposições elementares são as únicas que "tocam" diretamente a realidade, apenas elas encerram em si mesmas a possibilidade de sua verdade ou falsidade; isto significa que o valor de verdade de uma proposição elementar não depende de nenhuma outra proposição do sistema, mas apenas do fato de sabermos se o estado de coisas com o qual ela está conectada é ou não o caso (TLP, #4.25). Assim, as demais proposições do sistema têm o seu valor de verdade derivado daquelas proposições que, em última análise, constituem a base do sistema -as proposições elementares. Destarte, toda proposição complexa é uma função de verdade cujos argumentos que determinam o seu valor de verdade são as proposições elementares que as compõem (TLP, #4.41, 5.01).

Além das proposições que pertencem à linguagem, Wittgenstein menciona também as proposições absurdas e as proposições carentes de sentido. Com relação às primeiras, temos que elas reúnem em seu interior as proposições da metafísica, da filosofia, da ética e da estética, ou seja, as proposições que pretendem dizer aquilo que não pertence ao mundo (TLP, #6.42, 6.421, 6.432). Não nos ocuparemos deste tipo de proposições na medida em que elas não

intervêm no problema da expressão lógica das cores.

No que diz respeito ao grupo das proposições carentes de sentido, estamos diante de um conjunto de proposições que desperta muito mais interesse, com relação ao tema que tratamos. Estas proposições incluem as chamadas tautologias e contradições (TLP, #4.461) e demarcam os limites interno e externo da linguagem (TLP, #5.143). As tautologias são proposições cujo valor de verdade é o verdadeiro em qualquer situação, enquanto as contradições são proposições que não podem ser inferidas a partir de nenhuma proposição verdadeira. Com as tautologias afirmamos tudo; com as contradições não dizemos nada. Ou seja, ambas são incapazes de expressar qualquer fato da realidade, apenas assinalando os limites em que se devem enquadrar as proposições da linguagem para que possam ter um sentido.

Esclarecida a constituição da linguagem do *Tractatus*, podemos voltar ao problema da incompatibilidade lógica das cores. Uma proposição como "A é azul & A é verde" é falsa em todo mundo possível, consistindo numa proposição que afirma uma contradição. Este produto lógico não pode ser composto por duas proposições elementares, pois o produto lógico formado por duas proposições elementares pode ser verdadeiro (no caso que agora consideramos -uma conjunção- quando as duas proposições são verdadeiras) ou falso (no caso de uma das duas proposições, ou mesmo ambas, serem

falsas), mas sob nenhuma circunstância tal produto lógico pode ser sempre falso, como no caso, por exemplo, da proposição "A é azul & A é verde" (TLP, #4.211). Assim, no *Tractatus*, a expressão da estrutura lógica das cores é operada ao nível das proposições complexas.

Uma consequência importante desta afirmação é que, ao considerarmos "A é azul & A é verde" como sendo um produto lógico formado por proposições complexas, temos que "A", "azul" e "verde" não podem ser considerados como exemplo de objetos, tais como o *Tractatus* os define; ou seja, se os objetos tractatianos são definidos como sendo logicamente não analisáveis (TLP, #2.02), então eles não são elementos de proposições complexas. O aforismo 6.3751 diz com clareza que a relação de contradição lógica se opera ao nível da estrutura da cor, o que nos leva a assumir que as cores não são objetos, pois a idéia de estrutura, no *Tractatus*, só é pensada a partir dos estados de coisas.

A seguir, examinaremos a afirmação de Wittgenstein segundo a qual a contradição lógica se efetiva ao nível das estruturas.

## 2.2

Nos aforismos 2.021, 2.0211 e 2.0212, Wittgenstein coloca-nos diante da afirmação dos objetos como substância do mundo, portanto como determinantes da possibilidade de

se figurar o mundo. A compreensão desta afirmação se efetiva com o aforismo 2.0141, passagem em que o filósofo nos fala da "forma do objeto", ou seja, o conjunto de possíveis estados de coisas em que um objeto pode ocorrer. Se a forma de um objeto determina com quais outros objetos ele pode se associar, determinando em quais estados de coisas ele pode aparecer, então a forma determina todas as possíveis estruturas em que ele pode se relacionar com outros objetos. Como a figuração lógica do mundo se estabelece a partir da isomorfia entre as células básicas da linguagem (as proposições elementares) e as células básicas do mundo (os estados de coisas), temos que a afirmação dos objetos como determinantes da própria possibilidade de fazermos uma figuração lógica do mundo se justifica na medida em que estes não apenas determinam as estruturas dos estados de coisas, mas também (dado o pressuposto de uma isomorfia entre o ontológico e o linguístico) da própria forma geral da proposição.

Esta última afirmação precisa ser examinada mais de perto. O conceito de proposição é apresentado por Wittgenstein em duas perspectivas:

- 1."A proposição é uma imagem (*Bild*) da realidade" (TLP, #4.01);
- 2."A proposição é uma função de verdade das proposições elementares" (TLP, #5).

Heurísticamente, estamos diante de duas afirmações com conteúdos distintos. A primeira definição se refere ao papel da proposição na consubstanciação da linguagem como um grande espelho, enquanto a segunda pretende apresentar o papel que a proposição deve ocupar para que possa ter um conteúdo significativo. Na verdade, estas definições são plenamente reversíveis: a proposição pode ser uma imagem da realidade porque é uma função de verdade das proposições elementares, as únicas que "tocam" diretamente o mundo. A questão que nos preocupa, é saber como relacioná-las com a afirmação que fizemos acima, segundo a qual os objetos (através de sua forma) determinam a forma geral da proposição.

Começemos estudando o conteúdo da primeira definição. Ela surge, no *Tractatus*, a partir do aforismo 3; neste momento, a proposição é enfocada como um fato (TLP, #3.1-3.14) que é uma imagem de um outro fato (não linguístico), sendo isto possível na medida em que a tecitura do segundo é reproduzida formalmente na estruturação do primeiro (TLP, #3.2 e seguintes); assim, a estrutura de uma proposição é isomorfa do estado de coisas que representa; isto significa que a estrutura de uma proposição também é determinada pela forma dos objetos. Definida como uma imagem da realidade, a proposição partilha com aquilo que figura uma mesma forma lógica (TLP, #2.2) e, em última análise, a forma lógica de

que se fala aqui é a possibilidade dos elementos se articularem numa estrutura (TLP, #2.15). A forma geral da proposição (definida enquanto imagem da realidade) é a forma dos objetos.

Esta noção de forma geral da proposição concorda com a seguinte definição fornecida pelo *Tractatus*:

"Que haja uma forma geral da proposição é algo que é provado pelo fato de não haver proposição alguma da qual não tivesse sido possível a previsão de sua forma (isto é, de sua construção). A forma geral da proposição é: as coisas se comportam de tal e tal modo." (TLP, #4.5)

Wittgenstein associa a noção de "forma geral da proposição" à possibilidade de se prever o conteúdo de todas as proposições, significando que a forma geral da proposição mantém uma relação interna com o seu sentido. Quando dizemos que uma proposição é previsível queremos dizer que ela possui um sentido *a priori*, ou seja, dizemos que ela é capaz de expressar um conteúdo independentemente de que se possa saber o valor de verdade do conteúdo expresso. Como o sentido é determinado ao nível das proposições elementares, temos que a forma geral da

proposição corresponde ao modo como as coisas estão articuladas nos estados de coisas (*Sachverhalten*). Assim, a forma dos objetos determina a previsibilidade das proposições do sistema (a idéia de que todas as proposições, *a priori*, têm um sentido), pois, o sentido de toda proposição a ela pertencente deriva, em última análise, das possibilidades de articulação dos objetos nos estados de coisas.

Vejamos agora a segunda definição mencionada, ou seja, a afirmação de que as proposições são funções de verdade das proposições elementares. Acompanhando esta outra definição, encontramos uma outra definição de forma geral da proposição: "...a forma geral da proposição é:

$[p, N( )]$ . Esta é a forma geral da proposição." (TLP, #6)

Os símbolos  $p$ , e  $N( )$  significam, respectivamente, a totalidade das proposições elementares, um grupo qualquer de proposições e a negação de todas proposições que compõem este grupo: assim, a forma geral da proposição significa a obtenção de proposições a partir da seleção de um grupo de proposições elementares, seguindo-se a negação deste grupo e a adição do resultado ao conjunto com que iniciamos nossa operação, repetindo-se indefinidamente o mesmo processo para a formação do sistema linguístico (TLP, #6.001).

Esta definição de forma geral da proposição funciona como uma regra que permite construir a partir das

proposições elementares todas as proposições que irão compor a linguagem. Ela permite também prever todas as proposições do sistema (3).

Conforme dissemos anteriormente, estas duas definições não afirmam, na realidade, conteúdos distintos. Tanto a definição das proposições como figuração da realidade quanto a definição das proposições como funções de verdade das proposições elementares são acompanhadas de definições de "forma geral da proposição" que têm em comum a afirmação das proposições elementares como a base de todo sistema linguístico. Isto significa que ambas as definições afirmam a linguagem como ancorada no fato das coisas estarem dispostas de tal e tal modo.

Ou seja: a possibilidade lógica de uma linguagem reside no fundamento de que existem objetos ligados de um modo e maneira determinados, sendo tais ligações reproduzidas linguisticamente ao nível das proposições elementares. Segundo Wittgenstein, a forma de uma proposição elementar, que seria o modo como os seus elementos (nomes) estão arranjados em seu interior, não pode ser explicitada:

"A proposição elementar consiste em nomes.  
Como não podemos, porém, especificar o número dos  
nomes com significados diferentes, tampouco

podemos especificar a composição da proposição elementar." (TLP, #5.55)

Além desta impossibilidade material, ou seja, o aspecto de um mesmo nome denotar objetos, há uma impossibilidade lógica: na medida em que se constitui na base para a geração de todas as proposições da linguagem, as proposições elementares compõem, ao lado dos objetos, conceitos sobre os quais a lógica não pode legislar (TLP, #5.552). Dito de um modo mais preciso: não é possível a explicitação da forma de uma proposição elementar (sua composição) uma vez que nosso instrumento de esclarecimento (a análise lógica) se configura a partir do 'que' (*Was*).

Retornando à forma geral da proposição: nos aforismos compreendidos entre 5.47 e 5.472, Wittgenstein afirma a forma geral da proposição como idêntica à essência do mundo; por isso ele afirma também que a forma geral da proposição é uma e única (TLP, #5.472) (4). Estas considerações a respeito da forma geral da proposição, conduzem à uma visão mais nítida do problema da estrutura das proposições e a expressão lógica das cores. Em 5.13, o filósofo do *Tractatus* diz: "que a verdade de uma proposição se segue da verdade de outras proposições é algo que percebemos a partir da estrutura da proposição". Isto é algo que percebemos (*ersehen*); portanto, não é algo dito

pela linguagem (5). Temos assim, que duas proposições como 'fa' e 'ga', que possuem diferentes configurações, mostram que comportam em seu interior o mesmo objeto 'a' (TLP, #4.1211), e, assim, segundo Wittgenstein, estamos diante de uma relação interna (necessária) (TLP, #5.2).

"Se duas proposições se contradizem, sua estrutura mostra isso; do mesmo modo, se uma se segue da outra. E assim por diante." (TLP, 4.1211). A relação de contradição lógica que, segundo o *Tractatus*, caracterizaria a incompatibilidade lógica entre duas cores, consubstancia-se numa estrutura, uma situação (*Sachlage*), composta por outras situações ou talvez por estruturas elementares (estado de coisas). Isto pode ser justificado através do seguinte argumento: se os componentes que se contradizem na relação fossem objetos, seria possível descrevê-los a partir desta propriedade. Concluindo o capítulo: no *Tractatus* a incompatibilidade entre duas cores é pensada como sendo uma relação logicamente contraditória que, ao nível linguístico, se expressa através de proposições complexas, uma vez que o produto lógico entre duas proposições elementares nunca pode redundar numa contradição; cada uma das proposições envolvidas na relação de incompatibilidade constitui-se numa proposição complexa; assim, uma cor não é um simples (um objeto), sendo, pelo contrário, algo que possui uma estrutura (um fato). Devemos

ênfatizar também que, no *Tractatus*, toda proposição elementar tem a priori uma forma determinada, ou seja, é um pressuposto do sistema que a ligação de seus elementos já é dada a priori como completa.

No capítulo seguinte, apresentaremos o projeto da linguagem fenomenológica elaborado por Wittgenstein no ano de 1929.

## NOTAS

(1) No *Tractatus*, Wittgenstein não usa o termo "fenômeno"; este conceito é utilizado por ele, basicamente, a partir de 1929. Acreditamos que, na medida em que o seu retorno a Cambridge efetivou-se com o objetivo de repensar o problema da expressão lógica das cores no *Tractatus*, e, ao fazê-lo, Wittgenstein caracterizou as cores como um tipo de fenômeno, podemos inferir que o termo "fenômeno" está já implícito na expressão de sistemas -por exemplo, o sistema cromático- que encontramos no interior do *Tractatus*.

(2) A idéia de que a incompatibilidade entre cores ocorra ao nível da estrutura das cores e que esta relação tenha um caráter lógico, é criticada por Frank Ramsey (COPY, I. & BEARD, R. 73, p.17-8) e também por Dale Jacquette, em seu artigo *Wittgenstein and the color incompatibility*. O ponto central a que ambos se apegam (Jacquette apenas reelabora o argumento de Ramsey) é a afirmação de que Wittgenstein não deixa claro porque a incompatibilidade é lógica. O argumento de Ramsey se constitui do seguinte modo: se Wittgenstein admite que um "isto" não pode ser simultaneamente vermelho e azul, "isto" pode ser interpretado como uma impossibilidade determinada, não pela

estrutura lógica de complexos como cores, mas sim por "propriedades necessárias do espaço, do tempo e da matéria" (Ibid., p.18); ou seja, Ramsey não lê como tão evidente o caráter lógico da relação de incompatibilidade entre duas cores; para ele, Wittgenstein não deixa claro porque esta não poderia ser decorrente de uma propriedade causal, física, etc. Ramsey chega a considerar que a idéia do *Tractatus* de que apenas existe impossibilidade lógica (TLP, #6.375) é ameaçada pela carência de esclarecimentos a respeito da estrutura das cores: dada a ambigüidade com que Wittgenstein trata o problema da relação de incompatibilidade entre cores, poder-se-ia conjecturar sobre uma necessidade causal.

Acreditamos que Ramsey tenha sido conduzido a tal leitura do problema a partir do fato de Wittgenstein, no aforismo 6.3751, ter procurado elucidar sua concepção usando o exemplo da velocidade de duas partículas físicas. Ramsey afirma, após suscitar a possibilidade da incompatibilidade ser resultado de uma propriedade essencial do espaço, que Wittgenstein "explicitamente a torna dependente da impossibilidade de uma partícula estar simultaneamente em dois lugares" (COPY & BEARD 73, p.18). Ao contrário de Ramsey, lemos o exemplo das partículas físicas apenas como um recurso que Wittgenstein usou para esclarecer a relação de incompatibilidade entre dois

fenômenos; esta leitura parece ser confirmada pelo próprio modo como o filósofo encaminha sua exemplificação: "deixemos considerar como esta contradição se apresenta na física.(...)" (TLP, #6.3751).

(3) Wittgenstein constrói o seu sistema a partir da geração de proposições, usando a regra que considera a negação de uma proposição elementar. Russell, na Introdução que escreveu à primeira edição inglesa do *Tractatus*, menciona que Wittgenstein teria utilizado o "método de Sheffer". Segundo este método, se  $p$  é uma proposição elementar,  $p/p$  representa que  $p$  é incompatível com  $p$ , ou seja,  $p/p = \neg p$ . Os demais conectivos seguem-se, a partir deste pressuposto, do seguinte modo:

$$p \vee q = (p/p) / (q/q) ;$$

$$p \& q = (p/q) / (p/q) ;$$

$$p \supset q = p / (q/q) .$$

(4) A partir das proposições elementares são geradas inúmeras proposições, assim como diversas formas proposicionais. Proposições como  $p \vee q$ ,  $p \& q$ , ou  $p \supset q$ , por exemplo, possuem a forma relacional  $xRy$  que, no entanto, não se constitui na única forma gerada a partir das proposições elementares. A menção da unicidade da forma geral da proposição não diz respeito a este tipo de forma

que é, na realidade, resultado da aplicação das operações lógicas; a forma geral da proposição diz respeito à própria possibilidade de geração destas outras formas (como, por exemplo,  $xRy$ ). O fato de apenas ser possível haver uma análise correta da proposição se encaixa perfeitamente com tudo isto, pois, toda proposição é gerada a partir de uma única base, as proposições elementares.

(5) A distinção entre "mostrar" (*zeigen*) e "dizer" (*sagen*) é fundamental às teses do *Tractatus*. Um dos objetivos do livro era a demarcação da fronteira que separaria o dizível (os fatos) daquilo que apenas se mostra nestes fatos (a ética, a estética, a religião etc.). Como as verdades da lógica são afirmadas como limites do mundo, temos que elas não pertencem a ele. Assim, as relações internas que encontramos nas articulações básicas do mundo também não podem ser ditas, o que significa que a relação interna entre a estrutura de diferentes proposições é algo que também não pode ser dito.

CAPÍTULO III

*SOME REMARKS ON LOGICAL FORM:*

A APRESENTAÇÃO DE UMA LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA

3

Apresentaremos neste capítulo os contornos da linguagem fenomenológica, conforme a encontramos no artigo *Some Remarks on Logical Form*, escrito por Wittgenstein a pedido da *Proceedings of the Aristotelian Society*, no início de 1929. Passagens das *Philosophische Bemerkungen*, também escritas, provavelmente, no primeiro semestre de 1929, serão eventualmente utilizadas com o objetivo de corroborar nossa exposição.

Diversos comentadores têm apontado a insatisfação de Wittgenstein com a resolução que o *Tractatus* apresenta ao problema da incompatibilidade lógica das cores como o ponto central para seu retorno à atividade filosófica, em 1929 (1). Em concordância com esta visão, apresentaremos nossa hipótese, ou seja, a idéia de que a construção de um simbolismo mais transparente à estrutura lógica dos fenômenos, em particular das cores, teria sido a produção imediata que sucedeu o retorno a Cambridge, conforme demonstra o conteúdo do artigo acima mencionado.

Acreditamos que a linguagem fenomenológica, então

delineada por Wittgenstein, constituiu o esforço derradeiro empreendido pelo filósofo para salvar as teses positivas do *Tractatus*. Tal afirmação justifica-se pelo fato do filósofo permanecer trabalhando no artigo dentro do projeto tractatiano, ou seja, como no *Tractatus*, Wittgenstein continua a acreditar em uma linguagem essencial, linguagem esta que, uma vez tornada clara sua estrutura, possibilitaria a superação dos problemas da filosofia; tanto no *Tractatus* quanto no artigo, a empresa de tal tarefa é apregoada como possível apenas através do uso de um simbolismo mais exato e rigoroso do que a linguagem ordinária.

Em outras palavras: em ambos os textos Wittgenstein acredita que a linguagem cuja forma lógica seria uma imagem da forma lógica do mundo, apenas pode ter sua estrutura lógica exibida por intermédio de uma ideografia, um simbolismo construído com rigor, no sentido de não comportar ambiguidades nem confusões linguísticas como aquelas que, em geral, encontramos na linguagem ordinária.

É possível que se faça, neste ponto, a seguinte objeção: as alterações contidas na linguagem fenomenológica acabam muito mais desarticulando as teses do *Tractatus* do que sanando os seus defeitos. Conquanto tal objeção seja, realmente, verdadeira, ainda assim ela não anula a afirmação que fizemos no parágrafo anterior; o importante é

que tenhamos a percepção daquilo que o filósofo tencionou com o artigo: a correção de falhas contidas no *Tractatus* e não a sua desarticulação ou a sua recusa.

Vejamos, preliminarmente, de que modo o simbolismo fenomenológico que o artigo apresenta acabou muito mais desarticulando do que salvando as teses do *Tractatus*. Se a concepção geral de linguagem permanece inalterada no início 1929, algumas particularidades fundamentais ao sistema do *Tractatus* são modificadas na linguagem fenomenológica e, justamente estas alterações é que aceleram, sem que o filósofo o pretendesse, a desarticulação do livro. Isto se torna visível dentro do seguinte raciocínio: o que desencadeou a elaboração da linguagem fenomenológica foi a insatisfação de Wittgenstein com o modo como o *Tractatus* considerava a expressão lógica dos fenômenos, conforme esta se manifesta na solução que o livro propõe ao problema da incompatibilidade entre cores. Ao apresentar a linguagem fenomenológica, o filósofo abandona a concepção segundo a qual a relação de incompatibilidade lógica se constituiria numa contradição lógica; ele passa, então, a concebê-la como uma relação de exclusão lógica. Isto levou Wittgenstein a desconsiderar a afirmação dos fenômenos como sendo complexos, passando a considerá-los como logicamente não analisáveis, de onde se segue que as proposições elementares tornam-se responsáveis pela expressão dos

fenômenos. Decorre disto, dado o fato de todo fenômeno individual apenas poder ser pensado a partir de seu caráter de elemento de um sistema, que as proposições elementares não mais serão afirmadas como logicamente independentes. Esta afirmação é antagônica à tese fundamental ao *Tractatus* que apresentava a independência lógica entre as proposições elementares como o fundamento da possibilidade do sentido linguístico (TLP, #5.134). Uma outra alteração substancial que a linguagem fenomenológica apresenta em relação ao modelo de linguagem do *Tractatus*, é que quando concebe a incompatibilidade como uma relação de exclusão lógica, Wittgenstein acaba se vendo obrigado a considerar a forma da proposição elementar como logicamente indeterminada, ou seja, ela apenas teria uma configuração completa a *posteriori*.

Todos estes pontos da relação entre o *Tractatus* e a linguagem fenomenológica ficarão mais claros a partir da exposição dos delineamentos da linguagem, conforme faremos a seguir.

Num segundo momento, discutiremos em que medida a linguagem fenomenológica revela a concepção de uma lógica dos fenômenos, bem como a relação interna que esta mantém com a lógica da única linguagem que compreendemos (TLP, #5.62).

## 3.1

"A linguagem ordinária é parte do organismo humano e não menos complicada que ele.

É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem." (TLP, #4.002)

Nestas palavras, Wittgenstein justificou no *Tractatus* porque ele enveredava através de um simbolismo artificial na busca da *Lógica da Linguagem*. O artigo inicia-se de maneira semelhante: o filósofo começa justificando que, devido à complexidade da sintaxe da linguagem ordinária, - fato de onde decorreria a possibilidade de geração em seu interior de pseudo-proposições absurdas, por exemplo, "'Vermelho é mais alto do que o verde', 'O Real pensado é um em si mesmo devendo também ser hábil para se tornar um para mim mesmo'" (RLF, p.31)- esta não se presta à tarefa que, então, ele planeja cumprir (RLF, p.31). Neste sentido, constatamos que a justificativa em ambos os textos é a mesma: conquanto a linguagem ordinária seja logicamente articulada (senão sequer seria uma linguagem), sua sintaxe apresenta a possibilidade da geração de proposições absurdas, fato que a torna inadequada ao trabalho filosófico de clarificação da *Lógica da Linguagem*.

Retornando a Cambridge, ainda dentro do projeto tractatiano, Wittgenstein sabia que não poderia contar nem com a linguagem ordinária nem com o simbolismo que

apresentara no *Tractatus*. Neste momento, Wittgenstein sabia que seu primeiro livro falhara na exposição do modo correto da expressão lógica dos fenômenos; em 1929, o filósofo constata que os fenômenos não são logicamente analisáveis. Assim, se o modelo de linguagem do *Tractatus* manifesta uma errônea concepção dos fenômenos, ela, tanto quanto a linguagem ordinária, não pode se prestar ao trabalho filosófico de clarificação dos fundamentos da linguagem. Mais adiante falaremos disto com mais calma. Vejamos, em primeiro lugar, porque o filósofo passou a articular a idéia de que fenômenos não seriam logicamente analisáveis.

Conforme vimos no capítulo anterior, o *Tractatus* considerava a expressão lógica dos fenômenos como algo que se concretizava por intermédio de proposições complexas; consequência natural desta afirmação era a concepção dos fenômenos como fatos. Tais idéias são apontadas quando da afirmação da relação de incompatibilidade entre dois fenômenos como sendo uma relação logicamente contraditória. Seguir-se-ia, de acordo com as teses apresentadas neste livro, não apenas que o produto lógico de duas proposições complexas era analisável, mas também que cada uma das proposições envolvidas na relação também o seria, ou seja, num produto lógico do tipo "A é verde & A é azul", tanto a proposição como um todo, como também "A é verde" e "A é azul" seriam logicamente analisáveis. Esta idéia está

implícita na consideração dos fenômenos como fatos. Quando de seu retorno a Cambridge, o filósofo passa a rejeitar este modelo, descrevendo-o então da seguinte maneira:

"Alguém poderia pensar -e eu pensei alguns anos atrás- que uma afirmação expressando o grau de qualidade, poderia ser analisada dentro de um produto lógico de afirmações simples de qualidade mais o complemento de uma afirmação suplementar. Poderia descrever o conteúdo de minha bolsa dizendo que ela possui um centavo, um real, duas chaves e nada mais. Este 'e nada mais' é a afirmação complementar que satura a descrição. Porém, isto não se constitui numa análise de uma afirmação de grau. Deixe-nos chamar, digamos, a unidade de brilho  $b$  e  $E(b)$  a afirmação de que a entidade  $E$  possui este brilho; então a proposição  $E(2b)$  que nos diz que  $E$  tem 2 graus de brilho deveria ser analisável dentro do produto lógico  $E(b) \& E(b)$ , porém isto é igual a  $E(b)$ ; se, por outro lado, tentarmos diferenciar as unidades, descrevendo por consequência  $E(2b) = E(b') \& E(b'')$ , então assumimos duas diferentes unidades de brilho, o que significa que se uma entidade possui uma unidade, a questão é saber qual das duas - $b'$

ou  $b''$  - ela seria, o que é obviamente absurdo."

(RLF, p.35)

Assim, no *Tractatus*, a expressão lógica de um fenômeno consistia na fixação de uma unidade para designá-lo, seguindo-se uma proposição igual à conjunção de quantas unidades fossem necessárias à expressão do grau desejado. A falácia deste modelo estaria, segundo o autor do artigo *Some Remarks on Logical Form*, em sua incapacidade de gerar proposições significativas. A análise lógica de uma conjunção gerada segundo este modelo, revela-se sempre absurda: se fixamos uma unidade padrão, então  $E(b) \& E(b)$  será idêntica a  $E(b)$ , ou seja, teríamos  $E(2b) = E(b)$ , o que é uma proposição absurda; se fixamos mais de uma unidade padrão, então não somos capazes de definir a respeito do que pretendemos falar. A consequência direta da rejeição do modelo tractatiano de expressão lógica dos fenômenos, é a consideração de que estes devem ser expressos por proposições elementares (proposições logicamente não analisáveis).

Quando dizemos que a única alteração deste simbolismo fenomenológico, em relação à linguagem tractatiana, está na determinação dos fenômenos como *simples*, destarte como sendo diretamente expressos por proposições elementares, quase que não afirmamos nada: este "casamento" de

proposições elementares e fenômenos apenas pôde ser efetivado, todavia, mediante profundas alterações no conceito de "proposição elementar", sendo a mais significativa delas, a perda de sua propriedade interna de independência lógica. Vejamos como isto é caracterizado no artigo.

No *Tractatus*, Wittgenstein já concebia os fenômenos como graus de sistemas; no artigo, esta necessidade de integração a um sistema é pensada como implicando a afirmação de que qualquer graduação remete (por exclusão) aos demais graus do sistema. A primeira destas afirmações, ou seja, de que no *Tractatus* o filósofo já concebia os fenômenos particulares como graus de sistemas, é algo que se mostra, por exemplo, na consideração da relação "mais claro" entre duas cores como assinalando uma propriedade interna da relação, de tal modo que cores seriam impensáveis sem esta propriedade (TLP, #4.123). O que Wittgenstein faz em *Some Remarks on Logical Form*, é apresentar esta idéia dos fenômenos só poderem ser pensados a partir da noção de sistema aliada a uma outra propriedade interna destes sistemas, a saber, a propriedade de exclusão lógica: esta afirma que qualquer grau de um dado sistema de fenômenos remete (por exclusão) aos demais graus do sistema. Assim, o sentido de uma proposição elementar que afirma um grau de um sistema, por exemplo o sistema

cromático, está logicamente relacionado com a possibilidade da afirmação de todos os graus restantes do sistema (PB, p.110).

A idéia de que toda manifestação fenomênica só é passível de ser conhecida na medida em que conhecemos o sistema a que o dado imediato pertença, constituindo-se isto numa propriedade essencial que deve acompanhar toda a expressão lógica de fenômenos como as cores, fez com que Wittgenstein elaborasse um simbolismo que figurasse corretamente esta característica dos diferentes sistemas fenomenológicos. Uma diferença fundamental entre a linguagem fenomenológica e a linguagem que o *Tractatus* propõe, reside na consideração da tese da independência lógica das proposições elementares. Uma questão que devemos levantar neste ponto, dado o papel que esta propriedade das proposições elementares exercia em relação à determinação do sentido linguístico no *Tractatus*, é esta: como é o sentido determinado na linguagem fenomenológica, dado que as proposições elementares são consideradas, em seu interior, como logicamente dependentes?

Retomemos, primeiramente, a crítica que o artigo faz à linguagem ordinária. O motivo básico que, segundo o artigo, possibilitava à linguagem ordinária gerar pseudo-proposições estaria no fato dela se articular a partir de uma única forma lógica, a forma sujeito-predicado.

Wittgenstein elucida isto com a seguinte alegoria: dados dois planos I e II, de maneira que desejemos mapear os objetos do plano I no plano II, se estabelecermos uma lei de projeção, por exemplo que afirme que todos os objetos do plano I serão projetados no plano II sob a forma de círculos, teremos diversas figuras de círculos no plano II, sem que estas figurem toda a multiplicidade de formas e tamanhos dos objetos contidos no plano I (RLF, p.32-3). Os círculos no planos II são como os diferentes usos que fazemos da forma sujeito-predicado, ou seja, da mesma maneira que os círculos no plano II encobrem as diversas formas contidas no plano I, a forma sujeito-predicado da linguagem ordinária também encobre toda a multiplicidade de formas (por exemplo contidas na experiência imediata). "Formas como 'este papel está furado', 'o tempo está fino', 'eu sou preguiçoso', que nada têm em comum, são apresentadas como proposições sujeito-predicado, isto é, como proposições que aparentemente possuem a mesma forma." (RLF, p.33)

Esta crítica à linguagem ordinária -que caminha no sentido de caracterizá-la como imprópria para que cheguemos, através da análise lógica, à estrutura lógica dos diversos sistemas de fenômenos- é também aplicável à linguagem do *Tractatus*: conforme vimos no capítulo anterior, toda a linguagem neste livro é assentada sobre

uma única forma geral, definida basicamente segundo o modo como os objetos estão articulados. Esta noção de forma geral correspondia, em última análise, à própria determinação do sentido linguístico, ou seja, o conjunto de todas as possibilidades de configurações de objetos era pensada como o fundamento de tudo o que seria possível dizer, significando isto que toda proposição do sistema já possuía uma configuração completa *a priori*, independentemente dos fatos.

Em 1929, Wittgenstein rejeita este apriorismo do *Tractatus*:

"apenas podemos chegar a uma análise correta através daquilo que poderíamos chamar de uma investigação lógica dos fenômenos em si mesmos (*themselves*), ou seja, num certo sentido *a posteriori*, e não mais conjecturando sobre possibilidades *a priori*." (RLF, p.32)

Podemos, neste ponto, levantar a seguinte questão: estaria Wittgenstein, ao fazer tal afirmação, dada a relação interna entre sentido e proposições elementares que fundamentava a linguagem do *Tractatus*, querendo dizer que o sentido proposicional seria algo que se fixaria plano num *a posteriori*?

A única resposta que podemos dar à esta questão é a negação de tal possibilidade. Na linguagem fenomenológica, tal qual no *Tractatus*, o sentido é determinado *a priori*, independentemente daquilo que é o caso (2). A proposição "a cadeira tem a tonalidade x" é plenamente compreensível, conquanto não tenha ainda sua forma completa, definida. Segundo Wittgenstein, é a forma de uma proposição elementar que deixa de ser algo previsível (completa), pois, a configuração de nomes em seu interior não é mais concebida como algo que é fornecido *a priori* de modo completo, sendo algo aberto a todo um conjunto de possibilidades.

Assim, uma alteração profunda que Wittgenstein introduz no conceito de proposição elementar, é a idéia de que uma proposição elementar não tem mais uma forma, mas comporta em seu interior toda uma multiplicidade de formas possíveis:

"A sintaxe proíbe uma construção do tipo 'A é verde & A é vermelho' (o primeiro sentimento de alguém, diante de uma tal construção, é quase como se esta proposição houvesse cometido uma injustiça, é como se houvesse avançado os seus direitos de proposição); mas, em relação a 'A é verde', a proposição 'A é vermelho' não é, por assim dizer, outra proposição -e isto,

rigorosamente, é o que a sintaxe fixa- mas outra forma da mesma proposição.

A sintaxe atira (*zieht*) em conjunto proposições sob *uma* determinação." (PB, p.113)

A forma de uma proposição elementar na linguagem fenomenológica apenas pode ser determinada *a posteriori*: a proposição é uma função proposicional cuja variável apenas é substituída com a ocorrência do imediato; assim, *uma única proposição* tem diferentes formas. Se no *Tractatus* uma proposição elementar tinha uma e única forma, as estruturas obedeciam uma dada determinação, no artigo constatamos que esta determinação não mais é postulada: *Some Remarks on Logical Form* afirma que uma estrutura é determinada por formas, ou seja, uma única estrutura pode comportar múltiplas possibilidades de configuração dada a propriedade interna do dado imediato pertencer a um sistema. Esta multiplicidade de formas que uma linguagem fenomenológica deveria comportar em suas proposições elementares, fez com que Wittgenstein sugerisse, para que tal linguagem pudesse ser uma imagem correta da realidade, que números ocorressem na estrutura das proposições elementares: "números (racional e irracional) devem entrar na estrutura das proposições elementares." (RLF, p.33). Assim, as proposições elementares de uma linguagem fenomenológica

devem ter toda uma multiplicidade de formas para que possam figurar corretamente o imediato, sendo isso possível através do uso de números - já que elas objetivam expressar sistemas graduados - na estrutura proposicional.

Dissemos anteriormente, que a insatisfação do filósofo com a caracterização da incompatibilidade lógica entre cores como uma relação contraditória, conforme encontramos no *Tractatus*, teria motivado seu retorno às atividades filosóficas; o fato é que, a multiplicação do número de formas de uma proposição elementar acompanha a alteração que Wittgenstein fez no modo de se pensar tal relação. Se no *Tractatus* esta relação ocorria ao nível das estruturas das proposições, sendo a forma de uma proposição elementar algo único e imutável (era, na verdade, um dado do sistema), na linguagem fenomenológica esta relação é pensada como uma exclusão lógica que ocorre ao nível da forma das proposições elementares, pois, dado que uma mesma proposição pode ter várias formas, a possibilidade de afirmarmos uma forma -portanto preenchendo a proposição com os números correspondentes à graduação do fenômeno- exclui logicamente a possibilidade de afirmarmos outras formas que se encaixariam naquela proposição.

"Isto se conecta com a idéia de uma *descrição completa*: 'o ponto é verde' descreve o ponto completamente não deixando lugar para nenhum outro." (PB, p.106).

Conforme Wittgenstein afirma no artigo (RLF, p.35), no *Tractatus* a descrição de um fenômeno ocorria através da afirmação de uma conjunção de unidades de grau do fenômeno acrescida de uma proposição complementar, descartando a adição de qualquer outra unidade de grau; na linguagem fenomenológica, a simples afirmação de um grau é suficiente à exclusão da possibilidade da ocorrência de qualquer outro grau do sistema relativo àquela proposição; ou seja, numa afirmação descrevemos completamente a configuração do estado de coisas (RLF, p.34-5).

Cabe, neste ponto, o seguinte esclarecimento: a linguagem fenomenológica não significou apenas alterações em relação à configuração sintática da linguagem do *Tractatus*, mas também da própria concepção semântica proposta pelo livro. No *Tractatus*, o conjunto dos possíveis valores semânticos da linguagem decorria das proposições elementares; modificando sua concepção de proposição elementar, o filósofo se viu obrigado também a mudar as possibilidades semânticas relativas à linguagem, ou melhor, relativas à linguagem fenomenológica. De acordo com a proposta apresentada no artigo *Some Remarks on Logical Form*, se as proposições elementares deixam de ser logicamente independentes, temos, então, que os conectivos lógicos devem intervir na relação de dependência que passa a atuar sobre elas (PB, p.109). Wittgenstein ilustra, no

artigo, esta alteração através do conectivo da conjunção. No *Tractatus*, este conectivo possuía a seguinte configuração:

p	q	
v	v	v
v	f	f
f	v	f
f	f	f

Numa linguagem fenomenológica, tal como é apresentada no artigo, este conectivo acaba se configurando do seguinte modo

p	q	
v	f	f
f	v	f
f	f	f

Temos, assim, que a primeira linha desaparece na medida em que a idéia de exclusão lógica entre duas proposições atua sobre as proposições envolvidas na relação (RLF, p.36-7).

Devemos esclarecer, com relação à linguagem fenomenológica, três aspectos a ela subjacentes: o primeiro deles diz respeito à afirmação de Wittgenstein de que "suas observações não expressam uma experiência, mas em algum sentido uma tautologia" (RLF, p.34); o segundo aspecto diz respeito à afirmação da linguagem fenomenológica consistir

numa "linguagem primária" (PB 84, p.51), afirmação que suscita o questionamento a respeito de o porque esta expressão não seria pertinente à linguagem do *Tractatus*; por fim, como terceiro aspecto, cabe-nos indagar a respeito da linguagem fenomenológica, dadas as diversas alterações que ela apresenta em relação ao sistema do *Tractatus*, se é possível se falar que nela ainda encontramos a proposta de uma teoria da figuração lógica.

Quanto à primeira observação, podemos dizer o seguinte: temos procurado mostrar que, conquanto altere profundamente o *Tractatus*, o projeto de uma linguagem fenomenológica é antes uma tentativa de correção do *Tractatus* do que a formulação de algo realmente novo. Assim, se o *Tractatus* objetivou determinar o que torna possível a significação linguística, o objetivo do artigo não poderia ser diferente; a guinada de direcionamento no sentido *a posteriori*, ou seja, a afirmação de que a forma das proposições elementares apenas pode ser determinada *a posteriori*, não implica que o filósofo esteja assumindo qualquer posicionamento empirista. Sua preocupação continua sendo lógica. O problema da incompatibilidade entre fenômenos continua a ser pensado como caracterizando um problema relativo a uma relação lógica: não necessitamos recorrer à experiência para que saibamos que a cor verde não pode ocorrer simultaneamente com o azul no mesmo ponto

do campo visual. Podemos compreender em que medida uma relação como a incompatibilidade entre dois fenômenos é lógica a partir de um problema análogo: quantas cores é necessário conhecermos empiricamente para que saibamos quais as cores que formam o sistema cromático? A resposta é: nenhuma. Tudo que necessitamos é conhecer a sintaxe do conceito "cor" (WWK, p.66). Em outras palavras, uma lógica dos fenômenos já está pressuposta quando do nosso conhecimento empírico dos mesmos. Voltaremos a esta questão de uma "lógica dos fenômenos" na última parte deste capítulo.

Passemos à segunda observação sobre a linguagem fenomenológica. Quanto ao caráter "primário" da linguagem fenomenológica, podemos dizer que ela possui tal propriedade sob dois diferentes aspectos que, aliás, se complementam perfeitamente. O primeiro aspecto diz respeito à sua elaboração ter almejado a figuracão lógica do imediato, logo, daquilo que é primário em relação ao que conhecemos; ela seria uma linguagem primária por ser apta à expressão daquilo que é primário em relação ao nosso conhecimento do mundo. Ou seja, seu caráter primário estaria associado à sua capacidade de expressar com rigor aquilo que, devido à sua complexidade, a linguagem ordinária não estaria apta a fazê-lo; relativamente a este aspecto, numa análise preliminar, tanto a linguagem que nos

é exposta no *Tractatus* quanto a linguagem fenomenológica, poderiam ser vistas como "primárias". Vejamos isto mais de perto.

Segundo o autor do *Tractatus*, a possibilidade da linguagem decorre da existência de um mundo que possui substância (elementos simples ou primários) (TLP, #2.0211-2); neste sentido, na medida em que este simbolismo é pensado como ancorado diretamente sobre os elementos primários da realidade, temos que ele é apresentado como apto à expressão daquilo que é primário em relação a tudo que podemos pensar e conhecer. Do mesmo modo, a linguagem fenomenológica seria primária em relação a outros simbolismos na medida em que manteria uma relação interna com os dados da experiência imediata. A diferença entre ambos os simbolismos, está no fato de que, na linguagem fenomenológica, a substância do mundo é assumida como correspondendo aos dados da experiência imediata, algo que, conforme vimos no capítulo anterior, não se aplica ao *Tractatus*. Assim, se a expressão "linguagem fenomenológica" é idêntica à expressão "linguagem primária", no sentido de visar a expressão dos fenômenos como sendo o que de mais primário podemos conhecer, então esta expressão não se aplica ao *Tractatus*.

Complementando este aspecto, relativamente ao caráter primário da linguagem fenomenológica: se o conceito de

linguagem do *Tractatus* e o conceito de linguagem do artigo são idênticos, então a linguagem fenomenológica é primária no mesmo sentido em que também o seria a linguagem do *Tractatus*. "Devemos eventualmente buscar a última conexão dos termos, a conexão imediata que não pode ser quebrada sem que se destrua a forma proposicional como tal." (RLF, p.32). Esta afirmação do artigo, poderia muito bem ter sido extraída do *Tractatus*, o que significa que, em ambos os textos, encontramos um simbolismo delineado de modo a apenas gerar proposições isentas de ambiguidades e confusões. Neste sentido, a linguagem obtida seria primária em relação a toda a gama de linguagens que o homem pode criar. Assim, a linguagem fenomenológica seria primária no sentido dos fenômenos passarem a ser considerados, em seu interior, como logicamente simples, e assim, residiria neles "a última conexão" do mundo e, por extensão, da linguagem. Este seria também o caso da linguagem do *Tractatus*, na medida em que a possibilidade de uma figuração lógica decorreria do fato do mundo ter uma substância, logo da existência de objetos. O que devemos ter presente no espírito, é que os objetos tractatianos, diferentemente dos simples do artigo (os fenômenos), não trazem consigo qualquer explicitação quanto à sua essência, pois tudo que Wittgenstein exige deles é que exerçam o papel de fundamento lógico indispensável para que

conheçamos a realidade.

Em outras palavras, a expressão "linguagem primária" se aplica ao *Tractatus* e ao artigo na medida em que estes propõem os contornos sintáticos para a expressão da lógica oculta a todas as linguagens contingentes que o homem cria em suas formas de vida. Contudo, quando a expressão "linguagem primária" coincide com a afirmação de um simbolismo capaz de expressar a estrutura lógica da experiência imediata em sua multiplicidade, então a expressão não pode ser aplicada ao *Tractatus*, mas apenas ao simbolismo proposto no artigo *Some Remarks on Logical Form*.

Vejamos agora a terceira observação. Acreditamos que, a questão da existência ou não da concepção de uma teoria da figuração lógica no artigo *Some Remarks on Logical Form*, deva ser respondida de um modo positivo. Apesar da relevância das alterações que Wittgenstein fez em alguns conceitos fundamentais ao *Tractatus*, ainda assim a linguagem fenomenológica se consubstancia numa ideografia cuja significação baseia-se na idéia de uma figuração lógica. No *Tractatus*, a possibilidade de termos uma imagem (*Bild*) do mundo era garantida pelo postulado da existência de objetos dispostos entre si de um modo determinado; a figuração era derivada do fato dos elementos da linguagem substituírem simetricamente no âmbito linguístico o modo de organização destes objetos no mundo. A linguagem

fenomenológica, do mesmo modo que a linguagem do *Tractatus*, é pensada como sendo um grande espelho do mundo, apenas que, diferentemente desta última, não se consubstancia a partir da existência de objetos e proposições elementares. A idéia de uma figuração lógica se mostra no artigo através da afirmação de que números devem ocorrer na forma das proposições elementares para que estas possam expressar toda a multiplicidade dos sistemas graduados (fenomenológicos); ou seja, a idéia de uma isomorfia mundo-linguagem é algo que permanece sob as observações que o filósofo faz no artigo. Acontece que, na medida em que as proposições elementares são pensadas como logicamente dependentes e os objetos apenas pensados como graus de sistemas, uma figuração lógica apenas pode se fundamentar a partir de uma lógica, agora chamada de "Fenomenologia" (3).

Resumindo: Wittgenstein esbocou, no artigo *Some Remarks on Logical Form*, uma linguagem fenomenológica almejando uma correta expressão dos fenômenos. No *Tractatus*, ele falhara ao conceber esta expressão como algo que ocorreria através de produtos lógicos, uma vez que, no livro, a relação de incompatibilidade era caracterizada como uma relação de contradição lógica. No artigo, esta relação passa a ser vista como assinalando uma relação de exclusão lógica. Deste ponto, seguiram-se os seguintes aspectos da linguagem fenomenológica: a correta descrição

dos fenômenos caracteriza-se como uma descrição completa, onde a afirmação de um fenômeno exclui todos os demais graus do sistema considerado, com relação ao instante e ao ponto do campo visual em questão; a linguagem fenomenológica é formada por proposições elementares logicamente dependentes; apenas podemos falar em independência lógica quando falarmos na relação que encontramos entre sistemas de proposições elementares; as proposições elementares, na medida em que não são mais consideradas como logicamente independentes, passam a estar sujeitas à intervenção dos conectivos lógicos; o apriorismo da forma das proposições elementares no *Tractatus* é substituído por um modelo onde estas proposições têm a sua forma determinada relativamente à ocorrência do fenômeno atual; Wittgenstein propõe que números atuem no interior da forma das proposições elementares visando expressar corretamente a graduação dos sistemas fenomenológicos, garantindo deste modo a efetivação de uma figuração lógica da realidade.

Devemos tratar ainda uma questão relativa à linguagem fenomenológica: quando Wittgenstein propõe um redimensionamento da configuração das tabelas de verdade, em relação à expressão da experiência imediata, deixa-nos a nítida impressão de que há uma lógica cuja aplicação estaria condicionada à estrutura dos sistemas

fenomenológicos. Este será o tópico de nossas últimas observações neste capítulo.

### 3.2

Uma consequência que emerge desta exposição da linguagem fenomenológica, é a idéia de uma "lógica dos fenômenos". Dada a relação de continuidade que este simbolismo almejou ter em relação ao *Tractatus*, a compreensão desta definição de lógica emergente na linguagem fenomenológica se torna mais clara a partir de uma retomada do significado deste conceito no interior do *Tractatus*.

No *Tractatus*, a lógica é pensada como constituída por tautologias (TLP, #6.1), ou seja, enunciados que são sempre verdadeiros e, por isso mesmo, nunca enunciam algo cuja falsidade constitui-se numa possibilidade semântica possível (TLP, 4.461); assim, as proposições da lógica determinam as propriedades formais de todos os mundos e linguagens possíveis (TLP, #6.12). Se a lógica não figura nenhum fato do mundo mas apenas traça limites, então pode-se dizer que ela é transcendental (TLP, #6.13). Um aspecto central à lógica no *Tractatus*, seria o fato dela ter como pressuposto que "nomes tenham significado (*Bedeutung*) e proposições elementares tenham sentido (*Sinn*)" (TLP, 6.124).

A lógica que subjaz no artigo *Some Remarks on Logical Form*, mantém diversos pontos de contato com o *Tractatus*: suas proposições constituem-se em tautologias (RLF, p.34), e também são transcendentais, no sentido de fixarem os limites daquilo que se pode falar (4). A grande viragem que a linguagem fenomenológica apresenta com respeito a esta concepção, é a caracterização da lógica como sendo de caráter fenomênico. Se a lógica do *Tractatus* depende da existência de nomes e proposições elementares para sua existência, a lógica que encontramos no artigo não parte da existência destes dados, mas, ao contrário de sua predecessora, acaba, essencialmente, legislando sobre estes: dado que ambos, nomes (representação de graduações fenomênicas) e proposições elementares são logicamente dependentes, então não podem ser o fundamento da lógica, mas, ao contrário, devem ser o "objeto" de atuação da lógica.

Poder-se-ia indagar se os objetos do *Tractatus*, na medida em que possuem propriedades lógicas -por exemplo sua forma-, ao invés de serem afirmados como suporte da lógica, já deveriam ser definidos como elementos regulados pela lógica. A resposta a um tal questionamento apenas pode ser negativa. As propriedades lógicas dos objetos são um requisito à efetivação do sistema tractatiano: é necessário ao sistema que haja objetos logicamente articulados no

espaço lógico, condição para que existam proposições elementares, o "material" de onde parte a construção da lógica clássica. No artigo *Some Remarks on Logical form*, temos que o logicamente simples é definido como idêntico aos *sense-data*, e como o artigo propõe um simbolismo capaz de expressar com rigor o fenomênico, a lógica subsumida à linguagem fenomenológica deve legislar sobre os objetos simples, pois, diferentemente do *Tractatus*, na linguagem fenomenológica os objetos estão sob a tutela da lógica que orienta o sistema.

Cabe, neste ponto, uma outra indagação: se fenômenos - cores, sons etc- já são pensados como logicamente articulados no *Tractatus*, por que, relativamente ao livro, não podemos falar da existência de uma Fenomenologia?

No *Tractatus*, quando Wittgenstein refere-se à existência de uma relação interna entre os elementos de um sistema fenomenológico (TLP, #4.123, 6.3751), apesar de já demonstrar que pensava os fenômenos como logicamente articulados, esta articulação não era pensada como algo que ancorava o mundo e a linguagem, conforme a discussão sobre a incompatibilidade lógica (conferir cap.II) o demonstra. Na verdade, no *Tractatus* a noção de contradição lógica entre dois graus de um fenômeno era uma lei da lógica construída a partir da existência de objetos (nomes) e estados de coisas (proposições elementares). Em outras

palavras: a lógica do sistema cromático, por exemplo, era pensada como um sistema contingente à estrutura lógica geral que pairava sobre todas possibilidades que compunham os limites do mundo e da linguagem; já em *Some Remarks on Logical Form*, delinea-se uma lógica primordial, própria aos fenômenos.

No artigo, lemos a seguinte afirmação em favor da concepção das regras internas de um sistema fenomenológico:

"É característica destas propriedades que um grau delas exclua qualquer outro. Uma sombra de cor não pode, simultaneamente, ter dois graus distintos de brilho ou vermelhidão (*redness*); um tom não possui duas diferentes intensidades, etc. Um ponto importante aqui, é que estas observações não expressam uma experiência, mas são de algum modo 'tautologias'." (RLF, p.34)

Ou seja, os diferentes sistemas de fenômenos possuem regras próprias concernentes às relações entre seus membros, que não são derivadas da experiência: na medida em que são tautologias, essas regras precedem a experiência; fixam os seus limites. Observações como "o verde e o azul não podem coincidir simultaneamente no mesmo objeto" não podem ser de caráter sintético, *a priori* ou *a posteriori*,

na medida em que, se assim ocorresse, poderíamos afirmar sua negação como possível. Elas são tautologias e fixam aquilo que podemos falar a respeito da experiência imediata.

No *Tractatus*, a partir das proposições elementares, a lógica regulava sobre o conjunto de proposições que poderiam ser geradas no interior da linguagem, inclusive enunciados complexos sobre fenômenos. Na linguagem fenomenológica, na medida em que as proposições elementares não são mais pensadas como logicamente independentes, a lógica, relativamente à posição que tinha no *Tractatus*, recebe a incumbência de legislar também sobre as proposições elementares: as diferentes configurações dos conectivos lógicos são adequadas, de acordo com aquilo que as propriedades internas dos sistemas fenomenológicos permitem, à expressão das possíveis relações lógicas entre proposições elementares: "o que eu disse no *Tractatus* não esgota as regras gramaticais para 'e', 'não', 'ou', etc; há regras para as funções de verdade que também lidam com a parte elementar das proposições." (PB, p.109).

Em outras palavras: o termo "lógica", conforme Wittgenstein o usa no *Tractatus*, mantém uma diferença essencial em relação às expressões "lógica dos fenômenos" ou "Fenomenologia", implícitas no artigo *Some Remarks on Logical Form*. No *Tractatus*, encontramos a concepção dos

fenômenos como logicamente articulados sob a forma de um sistema, porém, encontramos esta articulação subsumida à lógica transcendental que determina todas as possibilidades do mundo e da linguagem; no artigo *Some Remarks on Logical Form*, a formulação de uma linguagem fenomenológica mantém uma relação necessária com a idéia de uma lógica dos fenômenos, autônoma a qualquer outra sintaxe lógica.

Finalizando o capítulo: a linguagem fenomenológica não perdurou por muito tempo no horizonte filosófico de Wittgenstein, ainda assim é importante estudá-la, não apenas para tomarmos contato com o último esforço do filósofo em salvar as teses fundamentais, como também para que tenhamos uma maior nitidez dos aspectos que levaram Wittgenstein a desistir do paradigma filosófico que orientou seu primeiro trabalho.

Conforme veremos a seguir, Wittgenstein abandona o projeto de uma linguagem fenomenológica, no sentido em que esta era pensada enquanto uma linguagem primária; no entanto, o problema da correta expressão da experiência imediata permaneceu em seu horizonte, assim como a idéia de uma lógica dos fenômenos.

## NOTAS

(1) Podemos citar como exemplos desta tendência entre os comentadores do filósofo, David Pears, em seu artigo "The logical independence of elementary propositions", editado por Irving Block no livro *Perspectives on Wittgenstein*; também Peter Hacker no capítulo III de seu livro *Insight and Illusion* (1/a edição); outro comentador que podemos mencionar é David Stern, que defende tal idéia no artigo "The middle Wittgenstein: from logical atomism to practical holism", publicado na revista *Synthese*; devemos, por fim, fazer referência ao artigo de Dale Jacquette, "Wittgenstein and color incompatibility problem", publicado na *History of Philosophy Quarterly*.

(2) Ou seja: tal como no *Tractatus*, Wittgenstein continua a acreditar que, por definição, toda linguagem é bem formada, pois é logicamente articulada. O sentido das proposições da linguagem fenomenológica é determinado *a priori*, apesar das proposições elementares apenas terem uma forma completa *a posteriori*. "O objeto 'a' tem a cor 'x'" tem um sentido independentemente da configuração empírica que o estado de coisas que está sendo representado possa vir a ter.

Balthazar Barbosa Filho interpreta *Some Remarks on*

*Logical Form* como um texto em que Wittgenstein teria afirmado que proposições sobre cores não seriam bem formadas: após expor o artigo, Barbosa Filho lhe contrapõe as *Philosophische Bemerkungen*, dizendo que, neste livro, "Wittgenstein rejeita a primeira aberração, reconhecendo expressamente que os enunciados de cor são bem formados" (BARBOSA FILHO 81, p.25). No artigo, Wittgenstein continua plenamente de acordo com o *Tractatus* quanto à concepção de que todo enunciado linguístico é bem formado; conquanto a forma de uma proposição elementar apenas se efetive a posteriori, ainda assim, o preenchimento da variável proposicional fenomenológica é algo que obedece a uma lógica.

(3) Queremos enfatizar com estas palavras, que, tanto em *Some Remarks on Logical Form* quanto no *Tractatus*, encontramos uma concepção essencialista da linguagem, ou seja, toda linguagem é delineada por uma lógica essencial. Apenas que, enquanto a lógica que o livro nos propõe pressupõe a existência dos objetos, a lógica proposta no artigo vai atuar sobre os objetos simples, pressupondo a existência de sistemas fenomênicos (cores, sons, odores etc). É importante notar que, a despeito da similaridade entre estas duas lógicas, algo que se mostra fundamentalmente na visão essencialista que permeia ambas

as propostas, a proposta de uma lógica dos fenômenos constitui-se num passo importante na direção da concepção de significação que encontramos nas *Investigações*: a idéia de uma figuração lógica que não tem como um dado sua estrutura ontológica (estados de coisas completos) requer que a relação de espelhamento entre o mundo e a linguagem não mais seja afirmada como algo que se estabelece na relação nome/objeto, mas na relação das regras de aplicação dos nomes com as regras do(s) sistema(s) fenomenológico(s). Em outras palavras, a idéia da significação não ser mais determinada por uma relação direta entre o nome e o objeto nomeado, mas ser algo mediado por um sistema de regras já desponta no interior da linguagem fenomenológica, ainda que de modo embrionário.

(4) Alva Nöe também sugere que o conceito "fenomenologia" ecloda na obra de Wittgenstein no interior do artigo *Some Remarks on Logical Form*, porém, diferentemente de nossa leitura, ele defende a idéia de que, quando engajado na defesa de uma linguagem fenomenológica, Wittgenstein teria atribuído ao conceito "fenomenologia" o significado de uma "investigação da natureza do fenômeno requisitada pela tarefa de determinar a sintaxe lógica da notação clarificada" (NÖE, p.17). Esta leitura é construída por Nöe a partir da seguinte passagem de *Some Remarks on Logical*

Form:

"Podemos apenas substituir um claro simbolismo no lugar de um impreciso inspecionando o fenômeno que pretendemos descrever, tentando, deste modo, compreender a sua multiplicidade

lógica. Ou seja, apenas podemos chegar a uma análise correta através daquilo que podemos chamar de uma investigação dos fenômenos em si mesmos (*the phenomena themselves*), num certo sentido a *posteriori* e não mais por conjecturas a respeito de possibilidades *a priori*." (RLF, p.32)

Acreditamos que, já em *Some Remarks on Logical Form*, "fenomenologia" diz respeito à descrição daquilo que faz sentido dizer a respeito dos fenômenos. Em adendo à nossa leitura, podemos citar a seguinte passagem do artigo:

"A ocorrência de números nas formas das proposições atômicas é, em minha opinião, não uma mera característica de um simbolismo especial, mas uma essencial e, conseqüentemente inevitável característica da representação. (...) Um ponto importante aqui, é que estas observações não expressam uma experiência, mas, em algum sentido,

uma tautologia." (RLF, p.34)

Nesta passagem, apreende-se que as observações que Wittgenstein faz a respeito da exclusão lógica entre cores, relativamente a um ponto do espaço num dado instante do tempo, não são afirmações empíricas, mas lógicas, sendo, neste sentido, tautologias. Assim, observações como "duas cores não podem coincidir num mesmo ponto" ou ainda "o branco é mais claro que o azul", são regras que delimitam os limites daquilo que estamos autorizados a falar sobre fenômenos, neste caso específico, sobre dados do sistema cromático. Além disso, o fato de Wittgenstein propor um novo modo de operar com conectivos lógicos, de modo a que eles possam intervir no interior de uma proposição elementar (RLF, p.36-7), demonstra que a fenomenologia que se delineia no interior do artigo não se limita tão somente a uma investigação dos fenômenos, mas é, na realidade, uma lógica que delimita aquilo que estamos autorizados a falar a respeito destes.

CAPÍTULO IV

O ABANDONO DA LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA

4

Quando, ao final de 1929, Wittgenstein anuncia o seu abandono da construção de uma notação ideal que representasse com exatidão a sintaxe lógica dos diferentes sistemas de fenômenos, ele está, na realidade, dando um passo na direção de sua chamada "filosofia da maturidade". O abandono do projeto de uma linguagem fenomenológica assinala, dentro da história de seu pensamento, o início do rompimento com o modelo filosófico que orientava o seu trabalho desde o período da elaboração do *Tractatus*. Podemos chamar a este modelo de "projeto tractatiano".

Este capítulo fornecerá um panorama de como a expressão lógica dos fenômenos passa a ser pensada quando do abandono do projeto de uma linguagem fenomenológica. O capítulo divide-se em dois momentos:

1. delinearemos alguns motivos que, possivelmente, conduziram Wittgenstein a desacreditar da necessidade de uma linguagem fenomenológica e também em que medida tal abandono significou o início do rompimento com o projeto tractatiano;

2. no segundo momento, mostraremos como Wittgenstein passa a considerar o problema da expressão lógica dos dados imediatos dentro do período 1930-1932. Este momento obedece o seguinte percurso: em primeiro lugar, mostraremos que Wittgenstein continuou a pensar a gênese dos problemas filosóficos como resultado de nossa incompreensão da lógica da linguagem, incompreensão que se mostrava na geração de "rodas soltas da linguagem"; em seguida, esclareceremos a classificação proposicional que Wittgenstein então nos expõe; por fim, mostraremos em que sentido a compreensão desta classificação nos auxilia a superar os problemas filosóficos.

#### 4.1

Conforme temos reiterado, a elaboração de uma linguagem fenomenológica foi um projeto que permaneceu por muito pouco tempo no interior da perspectiva filosófica de Wittgenstein. O artigo *Some Remarks on Logical Form* foi publicado em julho de 1929 na *Proceedings of the Aristotelian Society*, e, já em novembro deste ano (1), o filósofo rejeita o seu conteúdo com a seguinte afirmação: "não tenho agora uma linguagem fenomenológica ou 'linguagem primária', conforme costumava chamá-la, pairando (*schwebt*) como uma meta de meu pensamento." (PB, p.51)

Conforme vimos no capítulo anterior, a linguagem

fenomenológica assinalou o esforço de Wittgenstein em salvar o *Tractatus*. A duração efêmera deste projeto deve ser atribuída à sua própria inutilidade: ao invés de servir ao propósito de preservar o projeto tractatiano, a linguagem fenomenológica acabou provocando danos irreversíveis à estrutura básica que direcionava o projeto do *Tractatus*.

*Some Remarks on Logical Form* altera o significado de conceitos fundamentais ao *Tractatus*, a saber: "objeto", "proposição elementar" e "lógica". Estas mudanças consubstanciam um distanciamento da linguagem fenomenológica em relação ao tom sempre geral presente no discurso do *Tractatus*: "proposição elementar" passou a se designar "proposição da experiência imediata", "objeto" passou a se designar "fenômeno" e "lógica" passou a se designar "Fenomenologia" ou "lógica dos fenômenos".

Uma outra alteração que Wittgenstein se viu obrigado a fazer e que muito mais desarticulou do que auxiliou a preservar o projeto do *Tractatus*, foi a proposta dos conectivos lógicos atuarem sobre as proposições elementares. O grande problema que esta proposta trouxe ao projeto tractatiano, está no fato dela, claramente, nos deixar a impressão de aceitar a existência, no interior do sistema, de duas lógicas, a lógica clássica e a Fenomenologia. Isto é algo que fica nítido nesta passagem

de *Some Remarks on Logical Form*:

"Podemos escrever o produto lógico de duas proposições, p e q, deste modo:

p	q	
v	v	v
v	f	f
f	v	f
f	f	f

O que ocorre se estas duas proposições são API (azul, ponto, instante) e VPI (vermelho, ponto, instante)? Neste caso, a linha 'vfv' deve desaparecer pois representa uma combinação impossível." (RLF, p.36)

Esta passagem parece falar da existência de uma lógica para proposições formadas por proposições elementares, e uma lógica (Fenomenologia) que vai legislar sobre as possibilidades lógicas de afirmação da forma de uma proposição elementar. Como a idéia de que existe uma lógica se constitui num ponto central ao *Tractatus*, a formulação da linguagem fenomenológica e, conseqüentemente de uma lógica dos fenômenos, assinalou um duro golpe no projeto tractatiano.

Devemos, neste ponto, fazer o seguinte esclarecimento: o que chamamos de "projeto tractatiano", pode ser definido nos seguintes termos: os problemas da filosofia teriam sua origem a partir de nossa incompreensão da lógica que fundamenta toda e qualquer linguagem; a superação destes problemas apenas seria possível com a compreensão desta lógica, fato que determinaria com clareza o que seria e também o que não seria possível dizer a respeito do mundo. Dada a complexidade da linguagem ordinária, o alcance da lógica da linguagem deveria se dar através da aplicação da análise lógica a uma notação ideal, desprovida das limitações da linguagem ordinária. A inadequação da linguagem ordinária como instrumento da filosofia resultaria da seguinte constatação: ela constitui-se numa daquelas linguagens que o homem constrói visando satisfazer indefinidas atividades do organismo humano; por isso, não podemos extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem, na medida em que ela se mostra extremamente complexa e exterior a esta lógica (TLP, #4.002).

Ou seja, no *Tractatus* e no artigo *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein pensava as questões filosóficas como decorrentes de nossa incompreensão do fundamento lógico da significação linguística, imaginando que a superação das mesmas ocorreria através da análise lógica de uma notação ideal, explicitando com este procedimento a

essência que desconhecíamos. Quando, ao final de 1929, ele abandona o projeto de uma linguagem fenomenológica, ainda continua a acreditar que os problemas da filosofia dizem respeito ao (des)entendimento que possuímos da lógica da linguagem, apenas não julga mais necessária a construção de uma notação ideal visando a explicitação desta lógica. Neste momento, ele se inclina a pensar como não necessária a elaboração de simbolismos visando a determinação da lógica essencial oculta sob a complexa estrutura da linguagem ordinária (WWK, p.45-6).

"Quão estranho se a lógica dissesse respeito a uma 'linguagem ideal' e não à nossa. Pois, o que expressaria uma tal linguagem? Presumivelmente, o que agora expressamos em nossa linguagem ordinária; neste caso, esta é a linguagem que a lógica deve investigar" (PB, p.52).

Neste instante, final de 1929, Wittgenstein desacredita da idéia da existência de dois níveis linguísticos -a linguagem, num plano primário, e, logo acima, entre outras, a linguagem ordinária-. Quando o filósofo assume esta atitude, ele está descartando a necessidade de se construir linguagens pretensamente mais exatas com o objetivo de esclarecer a essência da

língua. Neste instante, Wittgenstein inclina-se no sentido de procurar tal lógica a partir da língua ordinária. Assim, rejeitando o projeto de uma língua fenomenológica, Wittgenstein rejeitou tanto a solução que tal projeto significava em relação ao problema da correta expressão dos fenômenos, como também parte do caminho filosófico que orientara a elaboração de tal projeto. Esta rejeição não se caracterizou como um rompimento definitivo com o projeto tractatiano na medida em que, conforme afirmamos acima, tal rompimento se deu ao nível da rejeição da necessidade de utilizarmos uma notação mais precisa do que a língua ordinária, mas ainda não significou o rompimento com a tese essencialista, ou seja, a idéia de que existiria um fundamento determinante da significação linguística. Seja como for, o problema de como é possível uma correta expressão do imediato permaneceu no horizonte do autor. A seguir, examinaremos a solução que, imediatamente após ao abandono do projeto esboçado no artigo, Wittgenstein apresenta a esta última questão.

#### 4.2

Ao abandonar o projeto de uma língua fenomenológica e, num plano mais profundo, grande parte do projeto tractatiano, Wittgenstein se encaixou perfeitamente no ditado popular "Vão-se os dedos, ficam os anéis", isto é, o

filósofo alterou parte de sua concepção de linguagem, porém, continuou ainda afligido pelos mesmos problemas. Em outras palavras: a questão da correta expressão dos fenômenos permaneceu como algo a ser esclarecido:

"A própria linguagem (*die Sprache selbst*) pertence ao segundo sistema. Se descrevo uma linguagem, estou essencialmente descrevendo algo físico (*etwas Physicalisches*). Porém, como é possível que uma linguagem física descreva fenômenos? (PB, p.98)

Segundo Wittgenstein, os problemas filosóficos decorreriam da nossa falta de clareza com relação a este problema. Ele se materializaria no seio do pensamento filosófico sobre a forma daquilo que ele chamou de "rodas soltas da linguagem" (PB, p.51, WWK, p.48-9): a incompreensão que temos da essência de nossa linguagem faz com que confundamos proposições cujo sentido se consubstancia na expressão de eventos (proposições da física) com proposições cuja aplicação é restrita à experiência imediata; outro tipo comum de engano, ocorre quando confundimos proposições empíricas com proposições sem sentido (gramaticais). Este segundo tipo de engano, faz com que tenhamos um sentimento de estranheza causado por

estas últimas proposições que, devido à nossa confusão, são como rodas soltas do mecanismo da linguagem, ou seja, rodas dentadas que, no entanto, não parecem se conectar com o restante do mecanismo. Vejamos alguns exemplos destas rodas soltas.

i) "O rio segue numa direção"

Desta proposição empírica, os filósofos costumam, por analogia, se questionar a respeito da proposição "O tempo segue um fluxo". Então, formulam-se questões como esta: será que ele (o tempo) poderia seguir na direção contrária (M, p.319)? A formulação de teorias filosóficas sobre a essência do tempo decorreriam deste tipo de confusão linguística.

ii) "Não posso sentir sua dor" (WWK, p.49)

Segundo Moore, Wittgenstein teria afirmado, nas aulas que lecionou no período 1930-33, que este tipo de proposição daria margens ao seguinte tipo de confusão:

"há uma grande tentação em se confundir o que são meras proposições empíricas que poderiam, assim, não ser verdadeiras, com proposições que são necessariamente verdadeiras, que são, como ele disse certa vez, 'afirmações gramaticais ou tautológicas'" (M, p.306).

Este tipo de confusão estaria associado, conforme mostraremos mais adiante, às concepções filosóficas que solipsistas, realistas e idealistas costumam alimentar.

iii) "Quando viro-me de costas, a estufa desaparece (*ofen weg*)" (WWK, p.48)

Esta proposição está associada a questões cuja essência é derivada da confusão do sentido empírico de "existência" com o sentido que, em geral, usa-se para se referir à experiência imediata, gerando-se assim, um sentido metafísico.

Para que possamos compreender melhor como proposições acabam se constituindo em rodas soltas, ou seja, como proposições são vistas pelos filósofos de uma forma confusa, sendo assim, indiretamente responsáveis pelos problemas filosóficos com que nos deparamos, é preciso que, antes, tenhamos uma visão panorâmica da nova concepção que Wittgenstein passa a ter da linguagem, pois, estas "rodas soltas", surgem de nossa falta de clareza a respeito de sua sintaxe.

#### 4.21

Recusando a necessidade de uma linguagem fenomenológica, Wittgenstein passa também a não aceitar a idéia de que uma linguagem da experiência imediata seria primária em relação à linguagem ordinária. O que, então, o

filósofo faz, é incorporar a possibilidade de tal simbolismo como algo decorrente da sintaxe da linguagem ordinária (PB, p.52). Em outros termos: se é possível uma linguagem fenomenológica, esta deve ser entendida como um produto da linguagem ordinária. Assim, Wittgenstein rejeita a idéia de uma linguagem primária, no sentido em que esta seria o fundamento de toda linguagem secundária, assumindo a tese de que existe apenas uma linguagem, a linguagem ordinária (WWK, p.45).

Se Wittgenstein rejeita a necessidade de uma linguagem fenomenológica, dado que ela não passaria de uma criação derivada da linguagem ordinária, ele não se desfaz todavia da idéia tractatiana de que a linguagem deve ser um grande espelho da realidade, assim como também se mantém preso à tese do artigo de que a essência do mundo e, por extensão, da Linguagem (ordinária), reside na experiência imediata.

Devemos enfatizar que o abandono do projeto tractatiano deve ser entendido como significando o rompimento com a idéia da necessidade de uma outra linguagem que não a nossa como instrumento para a busca filosófica da lógica oculta em toda linguagem possível; portanto, este momento do pensamento do filósofo ainda não significa o rompimento com a tese essencialista da linguagem, ou seja, Wittgenstein ainda não está assumindo a concepção da existência de toda uma multiplicidade de

linguagens autônomas (os célebres jogos de linguagem). Neste período, Wittgenstein adota a idéia de que cabe ao filósofo compreender a lógica através da linguagem ordinária, então elevada ao padrão de Linguagem.

Em outros termos: substancialmente é abandonada a idéia de que a linguagem ordinária seria imprópria à filosofia e também que seria secundária relativamente a uma linguagem mais essencial, isomorfa ao mundo. Devemos ressaltar que Wittgenstein, no período 1930-32, mantêm-se ainda preso ao modelo linguístico da representação.

A linguagem é, então, pensada a partir da função básica de representar (*darstellen*) o mundo, tendo ainda os seus limites fixados pela substância deste:

"A auto-evidência do mundo se expressa no fato de que a linguagem apenas pode significar (*bedeutet*) e apenas significa a ele.

Assim, é da natureza da linguagem significar a partir de seu significado, ou seja, do mundo; assim nenhuma linguagem é imaginável sem que represente este mundo." (PB, p.80)

Neste momento de seu pensamento, o filósofo se inclina a pensar a linguagem a partir da experiência imediata, ou seja, a partir de uma Fenomenologia (a sintaxe lógica da

experiência imediata). Assim, o que Wittgenstein faz ao abandonar a linguagem fenomenológica, é refinar certos aspectos que ela possuía, transportando-os para o interior da linguagem ordinária. Quais seriam estes aspectos?

A linguagem fenomenológica, conforme a encontramos em *Some Remarks on Logical Form*, assinala a idéia de um simbolismo apto à expressão do imediato, simbolismo primário relativamente a todo o conjunto de linguagens secundárias, incluindo-se aqui a linguagem ordinária (diria que, principalmente esta), que construímos. Ao final de 1929, o filósofo abandona a idéia de uma certa "primazia" deste simbolismo, porém, ainda continua preso à idéia de que o mundo tem uma essência que estaria localizada ao nível dos fenômenos. Seguir-se-ia que, a essência da linguagem ordinária, efetivamente a única linguagem que nos é necessária, decorreria de uma Fenomenologia (o conjunto de regras que organiza sistematicamente toda a multiplicidade de relações fenomênicas). Dentro desta perspectiva, ao procurar elucidar aquilo que é essencial e o que não é essencial à nossa linguagem ( PB, p.51), Wittgenstein apresenta a seguinte classificação proposicional: haveriam as proposições gramaticais (fenomenológicas), as proposições físicas e, por último, as proposições da experiência imediata. Vejamos cada um destes grupos de proposições mais de perto.

As proposições gramaticais seriam aquelas que determinariam todas as possibilidades do mundo: "a fenomenologia apenas estabelece possibilidades. Assim, a fenomenologia seria a gramática daqueles fatos sobre os quais a física constrói suas teorias" (PB, p.51)

Proposições gramaticais seriam proposições do tipo "O tempo flui", "Não posso ter sua dor de dente", "Existem quatro cores primárias" etc. Sua característica básica residiria no fato de não possuírem sentido, ou seja, como as proposições gramaticais determinariam apenas possibilidades, seguir-se-ia que elas não podem ter sentido, não podendo, desta maneira, ser afirmadas como verdadeiras ou falsas. "É sem sentido dizer 'vermelho é uma cor' e dizer 'há quatro cores primárias' é o mesmo que dizer 'há vermelho, azul, verde e amarelo'" (L, p.12). Se fosse possível afirmarmos uma cor primária, então seria possível negá-la, o que é logicamente impossível.

Esta característica das proposições gramaticais nos remetem a examinar a seguinte afirmação do filósofo: "convencões gramaticais não podem ser justificadas descrevendo-se o que é representado" (PB, p.55). Segundo a citação acima, as convenções gramaticais não poderiam ser justificadas na medida em que, para que pudéssemos fazê-lo, seria necessário dizer certas propriedades dos fenômenos, - digamos, do sistema cromático- como sendo fundamentais, o

que significaria que, se fosse possível afirmá-las, isto as tornaria supérfluas (PB, p.53). Se fosse possível afirmar o que é fundamental à gramática, então poder-se-ia também afirmá-la como falsa, como não essencial. Exemplificando: se fosse possível falar sobre a necessidade da existência de quatro cores primárias, poderíamos também falar sobre a necessidade da existência de cinco cores primárias (L, p.11); ou seja, "quatro cores primárias" não seria mais uma propriedade essencial da gramática das cores.

As proposições gramaticais podem ser também chamadas de lógicas ou fenomenológicas, na medida em que Wittgenstein usa como sinônimos os termos "gramática" e "Fenomenologia" (conferir apêndice) . Conforme dissemos no capítulo anterior, em *Some Remarks on Logical Form* a apresentação de uma linguagem fenomenológica se ancorava na idéia de uma lógica capaz de determinar a correta expressão das diferentes relações internas que se pode traçar entre os diversos graus de um mesmo sistema; ao abandonar o projeto de uma linguagem fenomenológica, Wittgenstein não se desencompatibilizou da idéia de uma Fenomenologia como lógica legisladora daquilo que faz sentido dizer.

Neste sentido, a afirmação do filósofo de que "som", "tempo", "cor" deveriam ser pontos fundamentais do capítulo de nossa gramática (PB, p.53) deve ser entendida do seguinte modo: cada um destes termos indica um sistema com

regras que legislam sobre um certo tipo de dado imediato definido pelo sistema (por exemplo, o sistema cromático legisla sobre o uso de conceitos como "verde", "amarelo"etc); cada um destes sistemas seria autônomo relativamente aos demais, no sentido de conter regras válidas apenas para os *data* de seu sistema; ainda assim, na medida em que todos os sistemas legislam sobre o imediato, o fenomênico, todos partilham a propriedade lógica de pertencerem à Fenomenologia.

Na verdade, estes termos não seriam conceitos genuínos, mas pseudo-conceitos (no sentido em que seriam formas de conceitos): "o pseudo-conceito (cor) determina (*draws*) os limites da (*of*) linguagem; o conceito (vermelho) fixa (*draws*) limites na (*in*) linguagem" (L, p.12). Ou seja, "cor", "som" etc, constituem-se em palavras que denominam os diferentes sistemas fenomenológicos e, neste sentido, elas são pontos de partida para que se possa pensar a linguagem; quanto a conceitos como "azul", "verde", "três metros", "dor de dente" etc, seriam *paradigmas*, pois, referir-se-iam a objetos que estão na linguagem (PB, p.73). Delineia-se, neste ponto, a seguinte questão: se fenômenos são pensados como paradigmas da linguagem, portanto como regras constitutivas da mesma, em que medida Wittgenstein já não pode estar usando o termo "gramática" nos moldes em que o utiliza nas *Investigações*, enquanto uma gramática dos

usos? Nossa leitura dos textos deste período indicam que, neste instante, ele ainda está preso a uma perspectiva essencialista da linguagem. Vejamos isto mais de perto.

"A multiplicidade da linguagem é dada pela gramática. Uma proposição deve ter a mesma multiplicidade que o fato que expressa: deve ter o mesmo grau de liberdade. Devemos ser hábeis para fazer com a linguagem tal como pode acontecer com os fatos. A gramática permite-nos que façamos algumas coisas com a linguagem e outras coisas não; ela fixa o seu grau de liberdade." (L, p.8)

Fundamentalmente, esta passagem é importante na medida em que indica que Wittgenstein pensava ainda um modelo linguístico próximo ao do *Tractatus*, o modelo da representação. Isto se mostra na afirmação de que a multiplicidade da linguagem é determinada pela gramática, que, por sua vez, deve expressar a multiplicidade dos fatos, impondo à linguagem o mesmo grau de liberdade que estes contêm; em última análise, ambas estão presas, dependentes de fatores extra-linguísticos.

Em outras palavras: no período 1930-1932, Wittgenstein ainda pensa a significação linguística a partir de uma teoria da figuração lógica. A diferença que se estabelece,

com relação a esta idéia, entre o seu desenvolvimento no *Tractatus* e o modo como ela aparece neste período, está em que, no *Tractatus*, as linhas de projeção se davam de modo direto com a relação nome-objeto. Nos textos deste período, porém esta projeção já é apresentada como sendo mediada por regras, na medida em que o objeto -os dados da experiência imediata- necessariamente pertence a um sistema.

Nos textos do período 1930-1932 -e, aqui, podemos incluir também o artigo de 1929-, Wittgenstein compara a linguagem com um cálculo (L, p.117). Como devemos entender tal afirmação? Um cálculo seria um sistema de regras regulador do significado de um dado grupo de conceitos. Neste sentido, cada um dos diferentes sistemas fenomenológicos seria um Cálculo. Se a linguagem deve se constituir numa figuracão lógica da realidade, ela apenas pode sê-lo na medida em que um sistema de regras (uma gramática) se coloca entre os seus elementos (nomes) e os objetos (fenômenos) do mundo.

Devemos fazer ainda o seguinte esclarecimento: do fato de nomes como "vermelho", "Do sustenido" etc serem classificados como paradigmas da linguagem, não se pode dizer que Wittgenstein esteja já assumindo uma gramática dos usos. O posicionamento que ele então assume, de que a linguagem deve se constituir numa perfeita representação da multiplicidade (fenomênica) que o mundo revela possuir,

indica-nos que ele ainda não abandonou a defesa de um certo essencialismo.

Um outro forte indício em favor da leitura que estamos propondo, está no fato de Wittgenstein identificar a gramática com a Fenomenologia. Esta leitura se mostra correta quando comparamos as observações que Wittgenstein faz neste período sobre as cores, com aquelas que ele faz no período das *Investigações Filosóficas*, notadamente no livro *Bemerkungen über die Farben*. Vejamos isto mais de perto.

Nesta obra (*Bemerkungen über die Farben*), escrita por Wittgenstein pouco antes de sua morte, encontramos um compilamento de parágrafos em que o filósofo descreve a gramática de diversos conceitos que empregamos nos jogos de linguagem relativos às cores. Talvez a maneira como o livro aborda os assuntos propostos já seria suficiente para indicar a enorme distância de conteúdo entre o mesmo e os textos do período 1929-1932. Podemos, ainda assim, confrontar pelo menos duas passagens do referido livro com o período que examinamos em nosso trabalho, a título de ilustrarmos este distanciamento. Vejamos estas duas sentenças: "Não existe o conceito puro de cor (den reinen Farbbegriff)" (BF, #73), e "não existe uma fenomenologia mas apenas problemas fenomenológicos" (BF, #53). As observações do período intermediário que estamos examinando caminham no sentido

inverso ao destas citações: nele, a gramática é pensada como idêntica à fenomenologia, ou seja, ela determina conceitualmente as possibilidades que os sistemas fenomenológicos comportam essencialmente; assim, haveria o conceito puro de cor, equivalente ao que ele chama de "pseudo-conceitos" ou "conceitos lógicos" (L, p.12). Assim, também, haveria, segundo os textos deste período, uma fenomenologia.

Sobre este segundo aspecto, a existência ou não existência de uma fenomenologia, cabe o seguinte esclarecimento: nas *Bemerkungen über die Farben*, Wittgenstein elabora o conceito de gramática como sendo uma gramática dos usos dos conceitos; por isso não lhe é possível, então, falar de uma fenomenologia; afirmações como "Existem quatro cores primárias" são, no interior deste livro, relativizadas às nossas formas de vida (BF, #134). A atitude de pensarmos os fenômenos, por exemplo cores, como tendo propriedades definidas e definitivas não cabe mais, então, na perspectiva do filósofo: "nomes de cores têm usos semelhantes mas também representam muitas diferenças quanto à sua aplicação." (BF, #75)

Assim, a impossibilidade de justificarmos a gramática, com a conseqüente apresentação de "fatos gramaticais", impossibilidade que se aplicaria também a termos como "cor", "som" etc., então pensados como capítulos de nossa

gramática (a Fenomenologia que reúne os diferentes cálculos), bem como o uso de nomes como "vermelho", "si bemol" etc. como paradigmas que pertencem à linguagem, ainda não aponta, no período 1930-1932, para a afirmação de uma gramática do uso dos conceitos. Na realidade, neste período, os sistemas fenomenológicos são apresentados de modo similar ao modo como o *Tractatus* concebia a essência do mundo: do mesmo modo que os objetos do *Tractatus*, a existência de sistemas fenomenológicos não deve ser afirmada, pois ela se mostra na aplicação que fazemos da linguagem, enquanto uma figuração lógica do mundo.

Ainda sobre esta analogia: no *Tractatus*, a substância do mundo se delineava com os objetos que, através de sua forma, eram capazes de determinar a totalidade dos estados de coisas. No período 1930-1932, quanto a este aspecto, -e aqui devemos incluir também a linguagem fenomenológica em nossas considerações- quando Wittgenstein refere-se ao que é logicamente simples e às proposições que partilham uma mesma forma com os estados de coisas, o faz determinando o significado destes conceitos: "objeto" significa "fenômeno" e "proposição elementar" equivale a "proposição da experiência imediata". Nomes -por exemplo, "azul", "dor de dente" etc- são pensados como paradigmas da linguagem na medida em que aquilo que nomeiam não pode ser fixado através de uma descrição: "se quero contar a alguém que

material uma cor deve ser, envio-lhe uma amostra e, obviamente, esta amostra pertence à linguagem." (PB, p.73). Ou seja: se não podemos descrever a essência do mundo, ela própria deve fixar o seu significado linguístico.

Temos, deste modo, um primeiro grupo de proposições, as proposições gramaticais, responsáveis pela expressão das regras que delimitam a essência do mundo e, em consequência, os limites de nossas proposições com sentido. As proposições gramaticais são de natureza tautológica.

Além das proposições gramaticais, Wittgenstein fala também de proposições ou enunciados da física. Estes são igualmente definidos como não se constituindo em proposições legítimas, mas consubstanciando-se como hipóteses (PB, p.282, WWK, p.159), que sob quaisquer circunstâncias são sem sentido (*sinloss*) (PB, p.282). Exemplos de hipóteses são proposições como "Meu irmão toca piano na sala ao lado", "o sol nascerá amanhã" etc.; tais enunciados não são proposições dado que não são diretamente verificáveis. Basicamente, uma hipótese traz em seu interior todo um conjunto de proposições em que aparecem números (proposições da experiência imediata), sendo que estas trazem consigo a possibilidade de serem confirmadas (ou não) diretamente pela experiência. Assim, a essência de uma hipótese não resulta na possibilidade de ser ou não confirmada pela realidade, mas em gerar expectativas (PB,

p.285, PG, p.219).

Se pensarmos na representação física de uma esfera, obtemos algo formado por coordenadas matemáticas e uma equação segundo a qual define-se "esfera"; comparando-se tal representação (hipótese) com uma proposição do tipo "vejo uma esfera", observamos que esta última, consubstanciada através de nosso campo visual, tem uma menor multiplicidade em relação à primeira. "A primeira multiplicidade corresponde não a uma verificação, mas a uma lei obedecida por verificações." (PG, p.219). Quando se diz que uma hipótese pode gerar expectativas, quer dizer-se que ela pode produzir proposições, ou melhor, que ela é uma estrutura que organiza diversas proposições formando uma proposta de explicação de certa configuração do mundo. Mais exatamente: uma hipótese organiza diferentes perspectivas a respeito de algo. Ressalte-se aqui, que a constatação de uma expectativa associada a uma destas faces significa que ela (a face) foi comparada com a realidade; quando isto ocorre, não temos mais um ângulo de uma hipótese, mas uma proposição (PG, p.222).

Devemos falar agora do terceiro grupo de proposições: as proposições da experiência imediata. Até por exclusão, na medida em que as proposições gramaticais e os enunciados da física não são proposições genuínas (com sentido), encontramos neste último grupo proposições genuínas. Por

quê? Porque o requisito para que uma proposição tenha sentido reside na prerrogativa de que "nossa experiência, de um modo ou de outro (*in irgendeinem sinne*), tenda a concordar ou não com ela" (PB, p.282). Assim, neste momento de seu pensamento, Wittgenstein considera as proposições que são confirmadas (ou não) pela experiência imediata como as únicas proposições genuínas de nossa linguagem; ou seja, apenas proposições sobre fenômenos são legítimas na medida em que vão confirmar (ou não) nossas expectativas (hipóteses) (PB, p.283).

Um bom modo de se esclarecer melhor esta noção de "proposição da experiência imediata", é fixando sua diferença em relação ao conceito "hipótese". Neste sentido, comparemos as proposições "ouço nitidamente a música" e "ouço nitidamente o zunido de ouvido". A primeira proposição é uma hipótese; a segunda proposição é uma pseudo-proposição absurda: é absurdo dizer de um zunido que o ouvimos com nitidez, dado que "zunido de ouvido" indica um *datum*, algo com o qual temos uma experiência imediata, enquanto que "nitidez" pressupõe mediação; "zunido de ouvido" designa um simples, enquanto "nitidez" designa uma relação com um complexo. Em outras palavras: "zunido de ouvido", "mancha do campo visual" etc, são expressões relativas à experiência imediata e cuja verificação de seu valor de verdade pode ser determinada; "nitidez",

"exatidão", "música" etc, são termos que ocorrem em hipóteses e assinalam o caráter complexo destas.

A título de tornar mais clara esta classificação proposicional, façamos uma comparação entre ela e aquela que encontramos no *Tractatus*. Uma primeira similaridade que encontramos entre as duas classificações, está presente no conceito de "proposição elementar", conforme nos é fornecida pelo *Tractatus*, e no conceito de "proposição da experiência imediata". Ambas constituem-se como proposições primárias formadas por elementos simples, deste modo não sendo compostas por outras proposições; elas atuam como "antenas" que ligam o mundo à linguagem. Uma diferença essencial entre ambas, é que as proposições elementares trazem em si a possibilidade de seu valor de verdade, enquanto as proposições da experiência imediata são logicamente dependentes das condições que lhes são impostas pela fenomenologia. Encontramos uma segunda similaridade entre o que Wittgenstein, no *Tractatus*, chamava de "proposição" e aquilo que, neste período que examinamos, ele chama de "hipótese": tanto uma quanto outra constituem-se enquanto uma estrutura de proposições que tem como ponto básico proposições cujo valor de verdade se consubstancia num contato direto com a realidade. A diferença é que, para o autor do *Tractatus*, uma proposição pode ser verdadeira ou falsa, mesmo que este valor seja

dependente das proposições elementares que a componham; por seu turno, no período 1930-1932, aquilo que o filósofo chama de "hipótese" é também uma estrutura complexa formada por 'n' proposições primárias; contudo, esta estrutura nunca pode vir a ser verdadeira ou falsa: ela é sempre provável; apenas uma ou mais de uma das proposições elementares que a compõem é que podem vir a possuir um valor de verdade. Uma hipótese como "Meu irmão toca piano na sala ao lado" é formulada graças a uma série de inferências por sua vez formuladas a partir da audição de um som que entra pela porta de meu quarto: reconheço o som como não sendo semelhante ao som de piano proveniente de uma vitrola, reconheço um som familiar ao que meu irmão "arranca" do piano, etc, ou seja, toda uma série de enunciados associados à experiência imediata levam-me a formular a hipótese de que, muito provavelmente, meu irmão esteja estudando piano na sala ao lado; a hipótese só pode ser confirmada na medida em que eu vá até a porta da sala ao lado e veja quem realmente está tocando piano. Afinal, uma hipótese é sempre algo provável, probabilidade esta que se firma por intermédio de uma proposição da experiência imediata entrelaçada à sua estrutura. Por fim, devemos mencionar a existência de uma terceira similaridade, a saber, entre as proposições gramaticais (*Philosophische Bemerkungen*) e as tautologias (*Tractatus*): tanto um grupo

quanto o outro constitui as proposições lógicas do sistema linguístico a que pertence, sendo, neste sentido, proposições que são sempre verdadeiras, não contendo, deste modo, a possibilidade de serem falsas. Ambas demarcam os limites daquilo que podemos afirmar sobre a realidade. A diferença fundamental que se estabelece entre ambas é imposta pela ambição dos limites que pretendem impor: as proposições lógicas do *Tractatus* estão em sintonia com o projeto do livro, são modelos vazios que demarcam limites linguísticos e ontológicos não especificados; por seu lado, as proposições gramaticais ou fenomenológicas, são apresentadas como regras que delineiam as possibilidades de nosso conhecimento da experiência imediata.

#### 4.22

Podemos retornar, neste ponto, às chamadas rodas soltas da linguagem, ou seja, podemos retomar nosso esclarecimento sobre a gênese dos problemas filosóficos. Anteriormente, listamos "o rio segue numa direção", "não posso sentir sua dor" e "quando viro-me de costas, a estufa desaparece" como exemplo de proposições que acabam desencadeando o processo de desentendimento da linguagem que atinge aos filósofos. Examinemos cada um destes exemplos.

i) A proposição "O rio segue numa direção", que possui

uma natureza empirica, torna-se um problema filosófico na medida em que os filósofos suscitam à proposição "o tempo segue uma direção" um mesmo tipo de análise. Os problemas filosóficos surgem neste ponto quando analisamos estas duas proposições como se elas possuíssem uma mesma natureza gramatical, ou seja, confundimos proposições de diferentes naturezas.

O problema sobre a essência do tempo é, assim, tratado por Wittgenstein como resultado de nossa falta de esclarecimento das peças da engrenagem de nossa linguagem. Segundo o filósofo, o problema tem uma raiz em nosso desconhecimento da sintaxe do conceito "tempo", ou seja, não nos damos conta de que haveria uma aplicação de "tempo" associado às hipóteses da física que não poderia ser estendida à experiência imediata; além disso, proposições como "o tempo segue numa direção", "o tempo flui" etc, não se constituem nem como proposições da experiência imediata, nem tampouco como proposições da física (hipóteses).

O problema da expressão de conceitos relativos ao tempo, no que concerne a enunciados da experiência imediata e da física, torna-se mais claro a partir da distinção que Wittgenstein faz das expressões "relação interna" e "relação externa", a saber: uma relação interna é essencial, formal, é uma relação que se estabelece entre

dois objetos de tal modo que não podemos pensá-los relacionados de outro modo; uma relação externa é expressa por uma proposição que figura (*bildet*) um fato e que, portanto, poderia ser diferente. Exemplos do primeiro tipo de relação são "2 é maior do que 1,5", "vermelho é mais claro que preto" etc; exemplos de relações externas são "A é 5cm mais largo do que B", "César é anterior a Augusto" etc (WWK, p.54-5).

Segundo Wittgenstein, a relação que a experiência imediata mantém com o tempo é interna, por isso a afirmamos como sendo atemporal (*zeitlos*), significando com isso que ela não é algo que ocorre no tempo: quando afirmamos que a experiência imediata ocorre no presente estamos fazendo algo similar à pessoa que quer usar um medidor de comprimento para medir seu próprio comprimento. No âmbito da física, a linguagem utiliza-se de palavras como "parecer", "errar", "acreditar" etc, "palavras que não pertencem à essência dos fenômenos" (PB, p.84) e que nos revelam a essência inferencial das hipóteses: estas são sempre naturalmente sujeito a mediações.

Retomando proposições como "o tempo flui": elas nunca afirmam nada sobre o tempo, pois assinalam sua forma interna. A forma do tempo é a possibilidade de movimento, por isso "não podemos dizer 'o tempo flui', se por tempo queremos dizer a possibilidade de mudança." (PB, p.83). "O

tempo flui" constitui-se num exemplo de proposição gramatical e que, portanto, conforme já vimos anteriormente, remete à essência do mundo e, deste modo, não pode ser afirmada pela linguagem. Em torno dela formam-se confusões: imaginamos que ela possa ser uma proposição empírica, portanto similar à proposição "o rio segue numa direção". Assim, devido a confusões como esta, formulamos indagações do tipo "-Poderia o tempo fluir no sentido inverso, ou seja, na direção do passado?", "-Teria o fluxo do tempo um início?" Na verdade, a formulação de indagações deste tipo, que, comumente é feita pelos filósofos, demonstra que estes não conhecem com clareza o conjunto de aplicações que a linguagem permite que façamos do conceito "tempo", pois, o que observamos, é que eles imaginam ser possível falar da essência do tempo no mesmo sentido de que falam de fatos e vivências transcorridas nele.

ii) "Não posso sentir sua dor"

Posições filosóficas como aquelas que solipsistas e idealistas assumem, resultam de proposições como esta. Wittgenstein observa que, como no caso do tempo, há uma confusão entre o estatuto das proposições, ou seja, pensa-se proposições de gêneros diferentes - "Não posso sentir sua dor" e "Eu sinto dor"- como sendo logicamente equivalentes.

O raciocínio solipsista seria algo semelhante a este: se não posso sentir *sua* dor, mas posso sentir *minha* dor, isto só pode significar que minha experiência, ou seja, a experiência imediata que tenho com minha sensação, corresponde à realidade. Segundo Wittgenstein, tal pensamento decorre da falta de clareza da seguinte classificação linguística: a proposição "Não posso sentir sua dor" é uma regra gramatical, uma vez que é impossível imaginar-se sua negação; já a proposição "Eu sinto dor" é empírica, pois a sua negação é plenamente possível de se imaginar (M, p.306).

Sempre que o solipsista é tentado a afirmar que "apenas a experiência do momento presente tem realidade, então, a primeira réplica deve ser: à que isto se opõe?" (PB, p.85). Na verdade, em primeiro lugar, devemos ressaltar que o próprio uso de palavras como "experiência", "momento" e "presente" numa mesma proposição já se constitui na formulação de uma proposição redundante: "momento", "imediato" etc., estão necessariamente associados ao presente, pois, uma "experiência momentânea" não pode ser empregada relativamente ao passado ou ao futuro, modalidades do tempo da física, e que, deste modo, decorrem de afirmações inferenciais (hipóteses) (PB, p.82). Em segundo lugar, e este nos parece o ponto central da crítica de Wittgenstein ao solipsista, afirmações como

"Apenas a experiência imediata tem realidade" constitui-se, de acordo com a classificação utilizada neste período, numa proposição gramatical. Assim, o solipsista comete o erro - após afirmar corretamente que proposições como "sinto dor", "vejo o azul" são proposições legítimas- de inferir que afirmações como "apenas a experiência imediata tem realidade", "não posso sentir sua dor" etc., também se constituem em proposições legítimas. O solipsista pretende falar sobre a essência do mundo, fazendo afirmações sobre regras gramaticais (Fenomenologia), e isto não seria algo possível (PB, p.85). Neste ponto, Wittgenstein é contundente: "a linguagem apenas pode dizer aquelas coisas que não podemos imaginar de outro modo" (PB, p.84).

iii) "Quando viro-me de costas, a estufa desaparece".

Esta proposição surge de nossas confusões a respeito do conceito "existência". Confundimos, nesta proposição, a "existência", conforme é usada na descrição da experiência imediata, com sua ligação com os eventos físicos.

Aplica-se aqui uma analogia que o filósofo usou nas *Philosophische Bemerkungen* (p.83) para ilustrar a diferença entre o significado de "tempo" com relação à física e a experiência imediata. A analogia tem a seguinte constituição: imaginemos um projetor de filmes e a tela onde o filme é projetado; o filme na bobina agrupa, lado a lado, diferentes quadros em que, "passado", "presente" e

"futuro" coexistem perfeitamente; quando o projetamos na tela, apenas podemos afirmar a existência da imagem presente, ou seja, só podemos afirmar o "presente". No caso do conceito "existência", filósofos se enganam sempre que pretendem ampliar o uso que fazemos dele, quando referimô-nos ao campo visual, ao âmbito da física. Ou seja, gera-se aqui, uma roda solta (WWK, p.48).

O conceito "existência" tem significados diferentes quando o usamos relativamente à experiência imediata e quando o aplicamos a eventos físicos. Quanto à experiência imediata, temos que, aquilo que é expresso existe ou não existe: ou eu vejo algo amarelo no meu campo visual ou simplesmente não vejo. No mundo físico, a comprovação daquilo que conhecemos tem sempre um aspecto inferencial: a proposição "O sol nascerá amanhã" é uma hipótese cuja aceitação deriva de nosso testemunho relativo às regularidades de uma experiência fenomênica (visual) que tivemos em todos os dias que anteriormente vivemos; ou seja, no mundo da física, "existência" significa a partir de toda uma construção de hipóteses e diferentes situações físicas que envolvem uma complexa rede de proposições da experiência imediata. A proposição "quando me viro de costas, a estufa desaparece" tem um sentido relativo ao universo dos fenômenos; quando os filósofos a lêem como se esta fosse relativa ao mundo da física, criam um novo

problema filosófico.

O que haveria de comum entre estes três tipos de questões que preocupam, em geral, aos filósofos? Os exemplos que listamos, "o rio segue numa direção", "não posso sentir sua dor" e "quando me viro de costas, a estufa desaparece", mostram que os problemas filosóficos decorrem de nossa falta de entendimento da lógica de nossa linguagem e, basicamente, se localizariam no âmbito da experiência imediata (PB, p.88), ou melhor, decorreriam da aplicação de regras que determinam a significação de conceitos no âmbito da experiência imediata ao universo da física (e vice-versa, como no caso do terceiro exemplo examinado).

Resumindo: Wittgenstein abandonou o projeto de uma linguagem fenomenológica pouco tempo após havê-la formulado; este abandono assinala o afastamento do filósofo da concepção fregeana da necessidade da filosofia buscar compreender a lógica da linguagem através de uma notação ideal. O problema de como ocorre a correta expressão dos fenômenos continua a ocupar um lugar central em suas reflexões e, no período 1929-1932, sua tendência é procurar resolvê-lo através da proposta de uma classificação proposicional muito similar ao *Tractatus*: haveriam proposições da lógica (gramaticais), as proposições elementares (experiência imediata) e as proposições complexas (as hipóteses da física). Dentro deste período, o

posicionamento que a linguagem fenomenológica ocupa em relação à linguagem ordinária é o grande divisor de águas a ser salientado: no início de 1929, ela seria uma linguagem primária, portanto fundamento da linguagem secundária; a partir do final de 1929, Wittgenstein a redimensiona, colocando-a como um produto da linguagem ordinária.

## NOTAS

(1) Esta data (novembro de 1929), relativa ao período em que esta passagem teria sido escrita por Wittgenstein, é mencionada por Alva Nöe em seu artigo *Wittgenstein, phenomenology and what it makes sense to say*.

CONCLUSÃO

5

O estudo do efêmero projeto wittgensteiniano de uma linguagem fenomenológica tem sua importância maior na possibilidade que ele nos fornece de olharmos com mais clareza o percurso que o filósofo realizou, do *Tractatus* às *Investigações*.

Nosso estudo iniciou-se com a recusa e a crítica da idéia da linguagem fenomenológica, mencionada por Wittgenstein nas *Philosophische Bemerkungen*, consubstanciar-se no projeto linguístico do *Tractatus*: examinando os argumentos que Merrill e Jakkoo Hintikka apresentam a esta leitura do *Tractatus* -leitura baseada numa hipotética relação de similaridade entre os objetos de *acquaintance* de Russell e os objetos tractatianos-, mostramos que o conceito wittgensteiniano não comporta qualquer significação particular, ou seja, "objeto" designa tão somente um modelo formal cuja totalidade de sua aplicação linguística possibilita a construção no espaço lógico de uma realidade (a totalidade dos estados de coisas), sem especificar as propriedades materiais ou

formais que os diferentes mundos que encontramos neste espaço lógico podem vir a ter. Assim, mostramos que, apesar de Wittgenstein fundamentar neste livro a idéia de uma linguagem primária, ele não teve então como intenção delinear-la dentro de "linhas fenomenológicas".

Num segundo momento, procuramos mostrar como, de acordo com o *Tractatus*, deveria se processar a expressão da estrutura lógica dos fenômenos, ou melhor, dos fatos. Vimos que, na medida em que a relação de incompatibilidade lógica entre dois fenômenos é pensada como uma contradição, então fenômenos são fatos e sua expressão se dá ao nível de proposições complexas.

Nos dois momentos subsequentes expressamos, primeiramente, os contornos da linguagem fenomenológica, conforme a encontramos, basicamente, no artigo *Some Remarks on Logical Form*, escrito em 1929. Neste texto, vimos que Wittgenstein altera sua concepção da incompatibilidade lógica, passando a pensá-la como uma relação de exclusão lógica, e que, ao fazê-lo, o filósofo passa a afirmar os fenômenos como logicamente simples, fato que teve como principal consequência uma profunda reelaboração do conceito de "proposição elementar" com o objetivo de adaptá-lo à expressão da multiplicidade lógica contida nos diversos sistemas fenomenológicos. As proposições elementares deixam de ser pensadas como logicamente

independentes, passando a se sujeitar às regras impostas pelos conectivos lógicos e deixando de ter uma forma determinada a priori. Na medida em que "objeto" passa a significar "fenômeno" e "proposição elementar" a equivaler a "proposição da experiência imediata", estamos diante de uma linguagem fenomenológica, linguagem esta cujos limites de aplicação são fixados por uma Fenomenologia, uma lógica dos fenômenos, que, diferentemente da lógica clássica que fundamenta a linguagem do *Tractatus*, não se constitui a partir da existência de nomes e proposições elementares, mas, ao contrário, legisla sobre estes elementos linguísticos.

Em seguida, examinamos o momento em que o filósofo abandonou o projeto, procurando compreender o modo como ele passou a se colocar a respeito da expressão lógica dos fenômenos. Vimos que quando Wittgenstein abandona a perspectiva de uma linguagem fenomenológica, ele inicia o processo de rompimento com aquilo que chamamos de "projeto tractatiano", ou seja, a idéia de que a resolução dos problemas da filosofia se realizaria através do uso de uma notação ideal capaz de nos conduzir, através do método analítico, à lógica essencial que ancoraria toda linguagem possível. Ainda preso à questão que o orientara no artigo *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein continuou a pensar uma Fenomenologia como base de toda significação

linguística, apenas que, neste momento, não julga mais possível o esclarecimento de suas regras com outra linguagem que não a linguagem ordinária.

Acreditamos que a formulação do simbolismo fenomenológico, apesar de seu curto período de vida, não tem uma importância diretamente proporcional ao tempo de sua existência, no horizonte do autor. Três aspectos sobressaem, relativamente ao estudo do pensamento de Wittgenstein, quando nos debruçamos sobre este projeto: constatamos que a linguagem fenomenológica desempenhou, simultaneamente, o papel de "defensor" do projeto tractatiano, bem como assumiu o papel de seu "judas"; um segundo aspecto, é o delineamento, a partir deste simbolismo, da concepção de uma Fenomenologia, uma lógica dos fenômenos, que permaneceu no seio de seu pensamento até 1932; por fim, com a linguagem fenomenológica, efetiva-se como um problema central para Wittgenstein a compreensão de como ocorre a expressão da experiência imediata.

Vejamos o primeiro aspecto que acima mencionamos. Por que a linguagem fenomenológica seria uma "defensora" do projeto tractatiano, ao mesmo tempo que seu "alcoz"? Encontramos vários aspectos deste simbolismo que justificam a primeira afirmação, a saber: o método filosófico da aplicação de uma notação ideal visando o alcance da essência de toda linguagem possível; a concepção de uma

figuração lógica da multiplicidade lógica dos fenômenos; a distinção entre "mostrar" e "dizer". Quanto à leitura da linguagem fenomenológica como algoz do *Tractatus*, ela se fixa a partir da alteração do significado de conceitos-chave como "proposição elementar", "lógica" e "objeto", que são introduzidas em *Some Remarks on Logical Form*.

O segundo aspecto que mencionamos, o surgimento da idéia de uma "lógica dos fenômenos", se consubstancia na apresentação da forma lógica da afiguração -que, de acordo com o *Tractatus*, seria algo comum ao mundo e à linguagem (TLP, #2.151, 2.1514)- como possuindo os contornos das regras internas dos diversos sistemas fenomenológicos (1), efetivando, deste modo, a idéia da linguagem ser capaz de expressar toda a multiplicidade lógica dos fenômenos. Conforme vimos, mesmo quando abandona a defesa da necessidade de um simbolismo artificial, isomorfo aos fenômenos, Wittgenstein continua a postular que a expressão linguística da multiplicidade fenomênica se efetiva sobre um isomorfismo, algo então afirmado como que permeando a linguagem ordinária e a essência (fenomenológica) do mundo.

O terceiro e último aspecto que gostaríamos de apontar, e sobre o qual nos deteremos um pouco mais, seria a sublimação da expressão da experiência imediata que se efetiva com o projeto da linguagem fenomenológica. Quando, ao final de 1929, Wittgenstein se desvincula da idéia de

que um simbolismo fenomenológico seria algo necessário, ele ainda permanece com sua atenção voltada à questão da correta expressão da experiência imediata. O que ele fez, então, foi acrescentar um novo "ingrediente" à questão: à fórmula "como podemos expressar corretamente a experiência imediata?", o filósofo acrescenta a expressão "linguagem física", passando a centralizar suas atividades sobre a indagação "como é possível a uma linguagem física expressar corretamente a experiência imediata?". Conquanto ainda preso à perspectiva essencialista, conforme o demonstra a postulação de uma Fenomenologia como determinante dos limites da linguagem, já no início dos anos 30 encontramos Wittgenstein esboçando os delineamentos do método filosófico que ele levará ao mais refinado requinte nas *Investigações*.

É no *Caderno Azul*, apostila que Wittgenstein preparou para seus alunos no período 1933-34, que Wittgenstein se afasta desta sombra essencialista. Neste texto, ele propõe um novo método filosófico, ou seja, ao invés de perguntarmos pelo que seja o significado de uma palavra, Wittgenstein sugere que passemos a indagar como se efetiva este significado (BB, p.01). Na verdade, o filósofo continua, diríamos que fregeamente, a aceitar a idéia de que as proposições são compostas de uma parte material, os signos que a compõem, e uma parte não material; apenas que,

neste momento, esta última não é mais pensada como correspondendo aos objetos do mundo. Ou seja, se temos que "designar algo como sendo a vida do signo, temos que dizer que este é seu uso" (BB, p.31).

Apesar de já estar trabalhando com a noção da significação linguística como algo determinado pelo uso, Wittgenstein ainda tem o que refinar até que chegue ao método filosófico que propõe nas *Investigações* (2); ainda assim, o *Caderno Azul* constitui-se num passo decisivo que ele dá nesta direção. Por exemplo, no que diz respeito ao tema que ora tratamos-, o percurso do problema da expressão da experiência imediata no pensamento de Wittgenstein, após a formulação da linguagem fenomenológica- assumindo a significação como determinada pelo uso, ele acaba redimensionando o posicionamento que, até 1932, ele mantinha com relação ao problema do solipsismo e também da possibilidade de uma linguagem fenomenológica. Vejamos isto mais de perto.

Conforme mostramos no capítulo IV, em sua produção filosófica do período 1930-32, notadamente nas *Philosophische Bemerkungen*, a abordagem que Wittgenstein dá às teses do solipsismo pode ser em parte interpretada como uma espécie de continuação da linha de raciocínio do *Tractatus* (3), especificamente falando, à idéia tractatiana de que as teses solipsistas são verdadeiras apenas que não

poderiam ser afirmadas. Isto aparece nas *Bemerkungen* do seguinte modo:

i) a figura do solipsista corresponde ao sujeito das afirmações da primeira pessoa do indicativo, tais como "Eu tenho dor de dente", "não posso sentir sua dor de dente, apenas a minha" etc.

ii) a linguagem da primeira pessoa do indicativo tem um estatuto privilegiado em relação às linguagens de outras pessoas:

"se eu, L.W., tenho dor de dente, então isto é expresso através do significado da proposição 'tenho dor de dente'. Porém, em sendo assim, o que é expresso pela proposição 'A tem dor de dente', coloca-se como algo similar a isto: 'A se comporta como L.W. quando tem dor de dente'. (...)

Agora, entre todas as linguagens com diferentes pessoas como seu centro, cada uma das quais posso entender, a única que me tem em seu centro é que possui um estatuto privilegiado." (PB, p.88-9).

Ou seja, a linguagem da primeira pessoa do indicativo seria a única cujas afirmações não seriam construções inferidas a partir de uma outra linguagem, por isso o seu

privilégio.

iii) tal qual no *Tractatus*, Wittgenstein aceita a verdade do solipsista, apenas refuta sua pretensão de querer afirmá-la: a linguagem da primeira pessoa é "particularmente adequada. Como isto pode ser expresso? Ou seja, como representar corretamente em palavras a sua vantagem? Isto não pode ser feito" (PB, p.89). Proposições como "não posso sentir sua dor, apenas a minha" constituir-se-iam, conforme vimos no capítulo IV, em sentenças que demarcariam os limites do mundo, por isso não poderiam ser ditas. Em outros termos, as verdades do solipsista -por exemplo, o privilégio de sua linguagem- coincidiriam com o corpo de regras que a fenomenologia impõe à realidade e à expressão linguística desta última. O privilégio da linguagem do solipsista não pode ser expressa na medida em que, ao fazê-lo, o solipsista estaria justamente retirando dela este privilégio.

Quando o solipsista quer falar a respeito de sua verdade, apenas pode fazê-lo utilizando-se de termos como "eu", "minha", palavras cuja aplicação pressupõe a consideração de termos como "ele", "sua", ou seja, termos que acabam eliminando o privilégio do proprietário da sensação. Se fosse possível afirmarmos "apenas eu posso sentir minha dor", então também teria sentido dizer sua negação: "outros podem sentir minha dor"; o que demonstra a

impossibilidade da pretensão solipsista (PB, p.94-5).

No *Caderno Azul* o filósofo rompe com esta posição que orientava seus estudos desde o *Tractatus*, a respeito do problema do solipsismo; este deixa de ser pensado como resultante da tentativa de se afirmar o que por natureza é indizível, para ser colocado como expressão de um postulado impossível.

A posição solipsista se expressa, segundo o autor do *Caderno Azul*, a partir de expressões do tipo "Apenas posso saber que eu tenho experiências pessoais, mas não que alguém mais as tenha" (BB, p.48). Ou seja, o solipsista crê, na medida em que não pode vivenciar outras experiências que não as suas, que não pode saber que outros as tenham.

Segundo Wittgenstein, a posição solipsista decorre de uma confusão quanto ao uso de nossas expressões linguísticas, confusões estas que são elucidadas com o esclarecimento da gramática da palavra "poder": ao compararmos as expressões "não posso ver seu dente de ouro" e "não posso sentir sua dor de dente", observamos que a palavra "poder" é utilizada em dois sentidos diferentes, respectivamente, exprimindo uma impossibilidade física e uma impossibilidade lógica (BB, p.55).

A compreensão do motivo porque nos é possível saber que outros podem ter dor revela em que medida o *Caderno*

*Azul* rompe com a perspectiva tractatiana. Isto se efetiva segundo o seguinte raciocínio: nas *Bemerkungen*, Wittgenstein crê na possibilidade de uma linguagem privada (conquanto esta tese não esteja explicitamente formulada), apenas condenando o anseio solipsista de pretender tornar explícito o privilégio desta linguagem. No *Caderno Azul*, a relação entre o solipsismo e a concepção de uma linguagem privada é assumida de forma mais clara: ao afirmar que não pode saber que outros têm experiências pessoais reais, o solipsista "deve usar uma notação em que uma expressão como 'A tem uma dor de dente real' (em que A não é ele) careça de sentido, uma notação cujas regras excluam esta expressão" (BB, p.59).

Na verdade, o solipsista pretende estar afirmando que apenas ele possui certas experiências -ver, sentir etc- de tal modo que elabora uma notação visando expressar este fato, notação que seria logicamente impossível a qualquer outro compreender. No *Caderno Azul*, a refutação de um tal simbolismo ainda não ganha todo o refinamento que obterá posteriormente, nas *Investigações*; basicamente, o solipsista revela-se preocupado em mostrar a possibilidade de se afirmar uma entidade, o "eu", que seria o centro das experiências realmente vividas. Assim, no *Caderno Azul*, Wittgenstein procura mostrar que "eu" é totalmente irrelevante na expressão de experiências pessoais, devendo

as mesmas serem reduzidas à experiência do viver, sentir, ver etc. A justificação de uma entidade possuidora destas vivências constitui-se num esforço metafísico (BB, p.60 e ss.); como todos os conceitos da linguagem, o conceito "eu" também se constitui num instrumento linguístico que adquire um significado através de sua explicação dentro dos contornos colocados por uma dada situação.

Resumindo este terceiro aspecto da influência da linguagem fenomenológica na evolução do pensamento de Wittgenstein: a tentativa de elaborar uma notação fenomenológica colocou no centro do horizonte do autor a preocupação com a questão de como é possível a expressão da experiência imediata. Ao final de 1929, quando abandona a afirmação do privilégio de um simbolismo fenomenológico, Wittgenstein passa a concebê-lo como algo possível mas não privilegiado em relação à linguagem ordinária, sendo, de fato, algo que só pode ser pensado em seu interior. A partir de 1933, conforme nos mostra o *Caderno Azul*, o filósofo desconsidera a possibilidade de um tal simbolismo, na medida em que ele corresponderia à pretensão solipsista de uma linguagem privada que apenas expressasse sua vivência fenomenológica. Neste texto, a crítica à possibilidade de um tal simbolismo aparece ainda de um modo precário; apenas nas *Investigações* é que Wittgenstein levará as últimas consequências esta crítica.

Concluindo: substancialmente, cremos que a linguagem fenomenológica representou para Wittgenstein a tomada de consciência de que, apesar de todos os esforços que ele dispendera no *Tractatus*, a mosca (o filósofo) não havia ainda encontrado a saída da garrafa em que, malogradamente, se encontrava -sendo que, até então, nada mais fizera do que se bater contra as bordas de sua prisão. A linguagem fenomenológica talvez tenha marcado o instante em que, pela primeira vez, ele tenha visto de forma cristalina a direção em que deveria se encontrar a boca da garrafa.

## NOTAS

(1) Relembrando: exemplos destas regras da Fenomenologia seriam proposições como "O azul é mais escuro do que o amarelo", "Não posso sentir dor no seu dente", "duas cores não podem coincidir no mesmo lugar simultaneamente" etc; ou seja, elas seriam aquelas proposições demarcadoras dos limites de nosso conhecimento da experiência imediata.

(2) No *Caderno Azul*, Wittgenstein já defende a idéia do uso como determinante da significação linguística; ainda assim, ele tem muito o que avançar desta obra em direção à terapia gramatical que ele apresenta nas *Investigações*. Senão vejamos, através de um exemplo: conquanto já utilize o termo "jogo de linguagem", no *Caderno Azul*, este termo aparece designando formas mais primitivas da linguagem que nos possibilitariam através de seu estudo dissiparmos a névoa mental que cerca o uso de nossa linguagem (BB, p.17). Aqui, o termo ainda não está relacionado à expressão de uma multiplicidade linguística autônoma (os jogos de linguagem nas *Investigações* não são logicamente dependentes); o que temos é a designação de formas mais primitivas da linguagem (por exemplo, o célebre jogo linguístico do pedreiro e seu ajudante). Em outras palavras: temos a apresentação de

"jogo de linguagem" como designando uma forma linguística mais primitiva e que pertenceria a uma linguagem mais complexa.

Uma consequência que segue, é que, metodologicamente, dada esta definição de jogo de linguagem, Wittgenstein está como que propondo uma análise de nossa linguagem:

"por outro lado, nestes processos simples reconhecemos formas de linguagem que não estão separadas por um abismo de nossas formas mais complicadas. (...) podemos construir as formas mais complicadas a partir das primitivas através da adição de novas formas" (BB, p.18).

Ou seja, no *Caderno Azul*, Wittgenstein não se encontra mais preso ao essencialismo que, até então, orientara sua atividade filosófica; no entanto, conforme nos mostra o modo como ele usa o conceito "jogo de linguagem", a idéia de uma terapia gramatical se encontra ainda num estágio inicial.

(3) Esta "continuidade" diz respeito apenas ao fato de Wittgenstein, em ambos os textos, atribuir ao solipsista o erro de pretender afirmar suas verdades, ou seja, Wittgenstein não estaria questionando o conteúdo destas

verdades, mas apenas a pretensão do solipsista em querer dizê-las. Excetuando-se este ponto, há uma enorme distância entre a discussão solipsista que se desenrola nestes textos; como ilustração desta distância, podemos dizer que, enquanto no *Tractatus Wittgenstein* se preocupa com um sujeito transcendental (TLP, 5.6 e ss.), metafísico, nas *Philosophische Bemerkungen* sua preocupação incide sobre um sujeito cognoscente, psicológico (PB, p.88-9).

BIBLIOGRAFIA

- AYER, A.J. (84). As idéias de Bertrand Russell. Trad. Leonidas Hegemberg e Octanny Mota. São Paulo: Cultrix. 1984.
- BARBOSA FILHO, Balthazar (81). "Sobre o positivismo de Wittgenstein". In Manuscrito. v.5, n.1, p.17-31. Outubro, 1981.
- BLACK, M. (66). A companion to Wittgenstein's Tractatus. Ithaca: Cornell University, 1966.
- BLOCK, I. (ed.) (81). Perspectives on Wittgenstein. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- BOUVERESSE, J. (87). Le mythe de l'interiorité: expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein. Paris: Les Editions de Minuit, 1987.
- CANFIELD, J. (76). "Tractatus' objects". Philosophia. v.6, n.1, p.81-9, 1976.
- COPY, I. & BEARD, R. (73). Essays on Wittgenstein's Tractatus. New York: Hafner Press, 1973.
- FREGE, G. (78). Lógica e filosofia do sentido. São Paulo: Edusp-Cultrix, 1978.
- HACKER, P.S.M. (72). Insight and Illusion. Oxford: Clarendon Press, 1972.

- HALLER, R. (89). "Wittgenstein y el fisicalismo". Dianoia, v.35, p.163-73, 1989.
- HILMY, S. (87) The later Wittgenstein: the emergence of a new philosophical method. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- HINTIKKA, M. & HINTIKKA, J. (86). Investigating Wittgenstein. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- JACQUETTE, Dale. (90). "Wittgenstein and the color incompatibility". In History of Philosophical Quarterly. v.7, n.3, july 1990.
- JANIK, A & TOULMIN, S. (91). A Viena de Wittgenstein. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KENNY, A. (73). Wittgenstein. London: Penguin, 1973.
- LYOTARD, Jean-Francois. Fenomenologia. Trad.:Armando Rodrigues. Lisboa: Edições 70, s.d.
- MALCOLM, N. (84). Ludwig Wittgenstein: a memoir. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- MASLOW, A.(61). A study in Wittgenstein's Tractatus. University of California Press. 1961.
- Mc GUINNESS, B. (85). "Language and the Reality in the Tractatus". In Theoria, 2, p.135-43, 1985.
- MOORE, G. E (59). "Wittgenstein's lectures 1930-33". In \_\_\_\_\_. Philosophical Papers, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959.
- MORENO, A.R. (71). O problema da significação em

- Wittgenstein: introdução a um estudo do Tractatus.  
São Paulo. Dissertação de mestrado, Depto FFLHC, 1971.
- \_\_\_\_\_. (86) Wittgenstein: ensaio introdutório. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.
- \_\_\_\_\_. (93). Wittgenstein: através das imagens. Campinas: Unicamp, 1993.
- NÖE, Alva (93). "Wittgenstein, phenomenology and what it makes sense to say". In Philosophy & Phenomenological Research. (a aparecer).
- PASSMORE, John. (84). A Hundred years of Philosophy. London: Penguin, 1984.
- PEARS, Davis. (77). "The relation between Wittgenstein's theory of propositions and Russell's theories of judgement". In The Philosophical Review. p.177-88. April, 1977.
- RUSSELL, B. (18) The problems of philosophy. London: Williams and Norgate, 1918.
- \_\_\_\_\_. (25) Mysticism and logic. London: Longman, 1925.
- \_\_\_\_\_. (66) Nosso conhecimento do mundo exterior. Trad.R.Haddock Lobo. São Paulo: Nacional, 1966.
- \_\_\_\_\_. (71). A análise da mente. Trad.Antonio Cirurgião. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- \_\_\_\_\_. (78) Ensaios escolhidos. Trad.Pablo Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. (84). Theory of knowledge - the 1913 manuscript.

- Londres: George Allen & Unwin, 1984.
- SOTO, C.H. (81). "El interludio fenomenológico de Wittgenstein". In Crítica. v.13, n.39, p.25-43, 1981.
- SPENGLER, O. (52). La decadencia del Occidente. Trad. Garcia Morente. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1952.
- STENIUS, E. (60). Wittgenstein's Tractatus. Oxford: Basil Blackwell, 1960.
- STERN, D. (91). "The 'Middle' Wittgenstein: from Logical Atomism to Practical Holism". Synthese. v.87. n. 2. may 1991.
- WAISMANN, F. (84). Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis. Frankfurt: Surhkampf, 1984.
- WITTGENSTEIN, L. (65). The Blue and Brown Books. New York, Harper Colophon, 1965.
- \_\_\_\_\_. (68). "Final version Big Typescript - 1932-1933". In \_\_\_\_\_. The Wittgenstein's Papers. Ithaca: Cornell University, 1968. v.89A.
- \_\_\_\_\_. (73). "Some Remarks on Logical Form". In COPY, I. & BEARD, R. Essays on Wittgenstein's Tractatus. Nova York: Hafner Press. p.31-37, 1973.
- \_\_\_\_\_. (74). Philosophical Grammar. Trad.: Anthony Kenny. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- \_\_\_\_\_. (80). Lectures Cambridge 1930-1932. Ed.: John King & Desmond Lee. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- \_\_\_\_\_. (82). Diário Filosófico (1914-16). Trad. Jacob

Muñoz e Isidoro Reguera, Barcelona: Ariel, 1982.

\_\_\_\_\_. (84). Philosophische Bemerkungen. Frankfurt:  
Suhrkamp, 1984.

\_\_\_\_\_. (86). Philosophical Investigations. Trad.:  
G.E.M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

\_\_\_\_\_. (87). Bemerkungen über die Farben. Oxford: Basil  
Blackwell, 1977.

\_\_\_\_\_. (88). Vermischte Bemerkungen. Oxford: Basil  
Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. (93). Tractatus Logico-Philosophicus. Trad. Luiz  
Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.

von WRIGHT, George. WITTGENSTEIN. Minneapolis: University  
of Minnesota Press, s.d.